



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

# RELATÓRIO CONTÁBIL E NOTAS EXPLICATIVAS

Ministério da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento



3º Trimestre/2022

**MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Marcos Montes Cordeiro

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Márcio Eli Almeida Leandro

**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

José Manoel Gomes

**COORDENADOR DE CONTABILIDADE**

Alberto Jeronimo Pereira

**EQUIPE TÉCNICA**

Alan Rodrigues Pinheiro  
Divino Lúcio de Almeida  
Jaqueline Pereira de Faria Silva  
José Calazans dos Santos  
José Maria Magalhães Dias  
Maria Luiza Carvalho Cunha  
Norma de Deus e Costa  
Paulo Alves de Santana Neto  
Paulo Sousa Silva  
Renata de Oliveira Pinheiro  
Rodrigo Pinheiro Brandão  
Samya Carolina Soares Costa

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).*

*\* Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

**Última atualização: 27 de outubro de 2022**

## Sumário

1) Lista de Siglas .....	4
2) Contexto Operacional .....	5
3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA .....	7
3.1) Sistemas da Área Fim .....	7
3.2) Sistemas da Área Meio .....	8
4) Demonstrações Contábeis .....	9
4.1) BALANÇO PATRIMONIAL.....	9
4.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	11
4.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	13
4.4) BALANÇO FINANCEIRO.....	15
4.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	16
4.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	17
5) Notas Explicativas .....	18
5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis .....	18
5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis .....	18
5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis.....	23
5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa.....	23
5.5) Partes Relacionadas.....	23
6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis.....	29
6.1) BALANÇO PATRIMONIAL.....	29
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar .....	38
Nota nº 002 - Obrigações Contratuais.....	40
Nota nº 003 - Provisões.....	41
Nota nº 004 - Imobilizado .....	43
Nota nº 005 - Intangível.....	49
Nota nº 006 - Investimentos .....	51
6.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	55
6.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	59
6.4) BALANÇO FINANCEIRO.....	64
6.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	65
6.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	65
7) Referências .....	66
7.1) Bibliográficas.....	66
7.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA.....	66

## 1) Lista de Siglas

<b>AFAC</b>	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	<b>ME</b>	Ministério da Economia
<b>AGRONET</b>	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	<b>MEP</b>	Método da Equivalência Patrimonial
<b>AGROSTAT</b>	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro	<b>NBC TSP</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
<b>AGU</b>	Advocacia-Geral da União	<b>NBCASP</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
<b>ATER</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural	<b>NE</b>	Nota de Empenho
<b>BB</b>	Banco do Brasil	<b>NL</b>	Nota de Lançamento
<b>BCB</b>	Banco Central do Brasil	<b>NS</b>	Nota de Sistema
<b>BGS</b>	Boletim de Pessoal e Serviços	<b>OB</b>	Ordem Bancária
<b>BGU</b>	Balanço Geral da União	<b>OCB</b>	Organização das Cooperativas Brasileiras
<b>BINAGRI</b>	Biblioteca Nacional de Agricultura	<b>OGU</b>	Orçamento Geral da União
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Social	<b>PCASP</b>	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
<b>BO</b>	Balanço Orçamentário	<b>PF</b>	Programação Financeira
<b>BP</b>	Balanço Patrimonial	<b>PGFN</b>	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
<b>CASEGO</b>	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás	<b>PIPCP</b>	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
<b>CASEMG</b>	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais	<b>RCGP</b>	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
<b>CCCCN</b>	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	<b>REDESIM</b>	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
<b>CCONF</b>	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação	<b>RENASEM</b>	Registro Nacional de Sementes e Mudas
<b>CCONT</b>	Coordenação de Contabilidade	<b>RFB</b>	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
<b>CEASA/MG</b>	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A	<b>RGPS</b>	Regime Geral de Previdência Social
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal	<b>RPNP</b>	Restos a Pagar Não Processados
<b>CEPLAC</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	<b>RPP</b>	Restos a Pagar Processados
<b>CESA</b>	Companhia Estadual de Silos e Armazéns	<b>RPPS</b>	Regime Próprio de Previdência Social
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade	<b>SAF</b>	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
<b>COGEP</b>	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	<b>SAP</b>	Secretaria de Aquicultura e Pesca
<b>CGAQ</b>	Coordenação-Geral de Aquisições	<b>SCDP</b>	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
<b>CGOEF</b>	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	<b>SCRI</b>	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
<b>CGOF</b>	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	<b>SDA</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>CGLI</b>	Coordenação-Geral de Logística Institucional	<b>SE</b>	Secretaria-Executiva
<b>COGEP</b>	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	<b>SEAD</b>	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
<b>CGU</b>	Controladoria-Geral da União	<b>SEAF</b>	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento	<b>SECEX</b>	Secretaria de Controle Externo
<b>CONFCON</b>	Sistema de Conformidade Contábil	<b>SEI</b>	Sistema Eletrônico de Informações
<b>COFIN</b>	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN	<b>SERPRO</b>	Serviço Federal de Processamento de Dados
<b>COSIS</b>	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN	<b>SFA</b>	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>CRC/DF</b>	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	<b>SFB</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>DA</b>	Departamento de Administração	<b>SIADS</b>	Sistema Integrado de Administração de Serviços
<b>DAF</b>	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa	<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira
<b>DARF</b>	Documento de Arrecadação Federal	<b>SIAPE</b>	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
<b>DGG</b>	Departamento de Governança e Gestão	<b>SIC</b>	Serviço de Informação ao Cidadão
<b>DFC</b>	Demonstração dos Fluxos de Caixa	<b>SICAR</b>	Sistema de Controle de Arrecadação
<b>DISME</b>	Distrito de Meteorologia	<b>SIGMA</b>	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
<b>DTI</b>	Departamento de Tecnologia da Informação	<b>SISLEGIS</b>	Sistema de Consulta a Legislação
<b>DVP</b>	Demonstrações das Variações Patrimoniais	<b>SPA</b>	Secretaria de Política Agrícola
<b>Embrapa</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	<b>SPIUnet</b>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
<b>ENAGRO</b>	Escola Nacional de Gestão Agropecuária	<b>SPU</b>	Secretaria de Patrimônio da União
<b>ENAP</b>	Escola Nacional de Administração Pública	<b>SPUnet</b>	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
<b>FFIE</b>	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>FUNCAFE</b>	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	<b>SCRI</b>	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
<b>FTRA</b>	Fundo de Terras e da Reforma Agrária	<b>SUCON</b>	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
<b>GF</b>	Gestor Financeiro	<b>TCE</b>	Tomada de Contas Especial
<b>GRU</b>	Guia de Recolhimento da União	<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>GPS</b>	Guia da Previdência Social	<b>TDA</b>	Título da Dívida Agrária
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	<b>TG</b>	Tesouro Gerencial
<b>INMET</b>	Instituto Nacional de Meteorologia	<b>UG</b>	Unidade Gestora
<b>JCDF</b>	Junta Comercial do Distrito Federal	<b>UGE</b>	Unidade Gestora Executora
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias	<b>UGR</b>	Unidade Gestora Responsável
<b>LFDA</b>	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária	<b>VIGIAGRO</b>	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual	<b>VPA</b>	Varição Patrimonial Aumentativa
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	<b>VPD</b>	Varição Patrimonial Diminutiva
<b>MCASP</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	<b>VTN</b>	Valor da Terra Nua
<b>MDIC</b>	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços		

## 2) Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 10.253, de fevereiro de 2020, que têm como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização, o seguro rural, o abastecimento, a armazenagem e a garantia de preços mínimos;
- b) Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, as florestas plantadas, a heveicultura, a aquicultura e a pesca;
- c) Política nacional pesqueira e aquícola, abrangida a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca;
- d) Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- e) Informação agropecuária;
- f) Defesa agropecuária e segurança do alimento;
- g) Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura, pesca e agroindústria;
- h) Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- i) Assistência técnica e extensão rural;
- j) Irrigação e infraestrutura hídrica para produção agropecuária, observadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- k) Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- l) Desenvolvimento rural sustentável;
- m) Políticas e fomento da agricultura familiar;
- n) Reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, da Amazônia Legal e das terras quilombolas;
- o) Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola, pecuário, aos sistemas agroflorestais e à aquicultura;
- p) Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- q) Cooperativismo e associativismo na agricultura, na pecuária, na aquicultura e na pesca;
- r) Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
- s) Operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- t) Negociações internacionais relativas aos temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca; e
- u) Gerir o Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Cabe ainda ao Ministério exercer, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, a função de órgão gestor, prevista no art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, em âmbito federal.

O MAPA é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de uma Secretaria Especial, seis Secretarias, um Serviço, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma

rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e três entidades de economia mista, que abrigam cerca de 10 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- f) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- g) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- h) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar;
- i) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; e
- j) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

As entidades Vinculadas – Empresas Públicas são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

As entidades Vinculadas – Sociedades de Economia Mista são:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A;
- b) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

### 3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA

#### 3.1) Sistemas da Área Fim

##### **SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA**

**SIGMA** - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas

**SIGABC** - Sistema de Governança do Plano ABC

**SELO ARTE - SGSA** - Sistema de Gestão do Selo Arte

##### **SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA – SAP/MAPA**

**SISRGP** - Sistema do Registro Geral da Atividade

Pesqueira

**SISTAINHA** - Sistema do Registro Geral da Atividade

Pesqueira

**SSADP** - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro

**RGP** - Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador

Artesanal

##### **SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO - SAF/MAPA**

**SIGORG** - Modulo Público- Sistema de Informações

Gerenciais da Produção Orgânica

**SIGORG** - Modulo Administrador - Sistema de

Informações Gerenciais da Produção Orgânica

**SIGPI** - Sistema de Gestão da Produção Integrada

##### **SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA**

**FUNCAFE** - Sistema de Operacionalização das Linhas de

Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

**SISSER** - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro

Rural

**SISPROCER** - Sistema de Processos da Comissão Especial

de Recurso

**SISZARC** - Sistemas de zoneamento agrícola e risco

climático

**SAPCANA** - Sistema de Acompanhamento de Produção

Canavieira

**SNCUA** - Sistema Nacional de Certificação de Unidades

Armazenadoras

##### **SECRETARIA DE COMÉRCIO E INTERNACIONAIS - SRI/MAPA**

**ADIDOS** - Sistema de controle de ADIDOS

**SIENI** - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de

Negociações Internacionais

**AGROEVENTOS** - Sistema de Eventos

**AGROSTAT** - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro

##### **SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA**

**DCPOA** - Declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal

**SISMAN** - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos

**AGROFIT** - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários

**CEFITI** - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual

**PGA** - Plataforma de Gestão Agropecuária

**RENASEM** - Registro Nacional de Sementes e Mudanças

**RECADASTRAMENTO** - Sistema de Controle de Professores e Classificadores

**SIARP** - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas

**SAC** - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios

**SAPE** - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64

**SIPE2000** - Sistema de Cadastro e Estabelecimento e Registros

de Produtos na Área Animal

**SIPEAGRO** - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários

**PGA-SIGSIF** - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF

**PGA-RASTREABILIDADE** - Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva

**SIPE** - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web

**SISCOLE** - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios Estrangeiros

**SISBOV** - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia

Produtiva de Bovinos e Bubalinos

**e-SISBRAVET** - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias

**SQFI** - Sistema de Quarentena Fitossanitária

**SISRES** - Sistema de Controle de Resíduos

**SISREC** - Sistema de Informação de Requisitos e Certificados da Área Animal

**SIGBIO** - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança

**SIGPBc** - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambola

**SIGPOA** - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal

**SIGEF** - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças

**SIGLA** - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos

**SIGVIG** - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito

Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários

**SIGSIF** - Sistema de Informações Gerenciais do SIF

**SISLAB** - Sistema de Padrões Laboratoriais

**AGROALERTAS** - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário

**SIVIBE** - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas

**e-SISBI-SGBI** – Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção

**e-SISBI-SGE** – Sistema de Gestão de Estabelecimento

**SIGEP** - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos

**SGD-CGAL** - Sistemas de Gestão de Demandas

**SNPC** - Sistema de Informações Documentais

**SNPC** - Cultivar Web

**WikiSDA** - Portal de manuais de processos da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

### 3.2) Sistemas da Área Meio

#### **GABINETE DA MINISTRA - GM**

**SIGME** - Sistema de Gestão de Memória Executiva

**SA** - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos

#### **ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS - ACE/MAPA**

**Portal MAPA** - Pagina web da Internet

#### **ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR/GM**

**EP** - Emendas Parlamentares

**RP** - Sistema de Relacionamento Parlamentar

#### **SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA**

**ÁGATHA** - Sistema de Gestão de Riscos

**BINAGRI** - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura

**GESTCOM** - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional

**MAPAVITRO** - Gestão de contratos

**SGC** - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados

**SGCAM** - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas

**SGI** - Sistema de Gestão Integrada

**SIAD** - Sistema de Autorização de Deslocamento

**SIAGAM** - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro

**SIGER** - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural

**SISLEGIS** - Sistema de Consulta a Legislação

**CONJUR NORMAS** - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica

#### **AVA ENAGRO VIRTUAL**

**LECOM** - Plataforma de análise dos serviços do portal de serviços

**LECOM-ADM** - Plataforma para os administradores dos serviços do portal de serviços

#### **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DA/SE**

**SisGP** - Sistema de Gestão de Pessoas (Programa de gestão)

**AGROFORM** - Sistema de formulários do MAPA

**ALMOX** - Sistema de Almoxarifado

**ALMOXARIFADO VIRTUAL** - Sistema de Almoxarifado Virtual

**CONFCON** - Sistema de Conformidade Contábil

**PATRIM** - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais

**PONTOWEB** - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência

**SCVA** - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA

**SRH** - Sistema de Controle de Recursos Humanos

**SISAD** - Sistema de Avaliação de Desempenho

**SISPSM** - Sistema Prêmio Servidor Mapa

**SIPAS** - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde

**SICAR** - Sistema de Controle de Arrecadação

**SIGED** - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos

**SEI** - Sistema Eletrônico de Informações

**SCES** - Sistema de Controle de Entrada e Saída

**SIGCLIMA** - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional

**SIOR** - Sistema de Informações Orçamentarias

**THESAURUS** - Sistema especializado em literatura agrícola



## 4) Demonstrações Contábeis

### 4.1) BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em milhões de real

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.159,00</b>	<b>11.730,30</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.417,60	7.405,59
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>3.519,40</b>	<b>4.153,53</b>
Clientes	7,76	22,67
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.504,36	1.510,44
Demais Créditos e Valores	2.008,46	2.621,64
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-1,18	-1,22
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	<b>0,40</b>	<b>0,47</b>
<b>Estoques</b>	<b>220,67</b>	<b>170,69</b>
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>	<b>0,93</b>	<b>0,01</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>262.366,40</b>	<b>260.523,93</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>27.970,14</b>	<b>25.711,65</b>
Créditos a Longo Prazo	27.970,14	25.711,65
Clientes	201,38	201,38
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	17.562,33	15.503,02
Dívida Ativa Não Tributária	138,87	138,87
Demais Créditos e Valores	10.071,25	9.872,60
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-3,69	-4,22
<b>Investimentos</b>	<b>14,06</b>	<b>14,03</b>
Participações Permanentes	12,06	12,04
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1,86	1,86
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	20,76	20,76
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10,55	-10,58
Propriedades para Investimento	2,00	2,00
Propriedades para Investimento	2,85	2,85
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-0,85	-0,85
<b>Imobilizado</b>	<b>234.249,89</b>	<b>234.375,39</b>
Bens Móveis	1.192,05	1.235,50
Bens Móveis	2.568,19	2.552,55
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.349,40	-1.290,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-26,74	-26,74
Bens Imóveis	233.057,84	233.439,89
Bens Imóveis	233.692,36	234.465,67
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-634,52	-1.025,78
<b>Intangível</b>	<b>132,31</b>	<b>122,85</b>
Softwares	131,54	122,08
Softwares	184,58	174,44
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-53,04	-52,36
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	0,49
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	0,49
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>272.525,40</b>	<b>272.254,22</b>

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – SETEMBRO/2022

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.445,45</b>	<b>5.048,32</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.245,37	1.068,91
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	603,26
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	152,64	161,01
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	14,87	1,81
Transferências Fiscais a Curto Prazo	356,35	196,18
Provisões a Curto Prazo	1,51	1,51
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.674,70	3.015,65
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.066,30</b>	<b>1.909,97</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1,23	3,01
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,94	315,93
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	708,49	653,79
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.040,64	937,24
Resultado Diferido	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>6.511,75</b>	<b>5.958,29</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Patrimônio Social e Capital Social	3.406,90	3.351,23
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	14,51	55,67
Reservas de Capital	0,01	0,01
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	12,76	12,76
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>262.579,48</b>	<b>261.876,27</b>
Resultado do Exercício	-341,32	2.565,56
Resultados de Exercícios Anteriores	261.876,27	347.674,49
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.044,53	-88.363,79
<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>266.013,65</b>	<b>265.295,33</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>272.525,40</b>	<b>272.254,22</b>

**QUADROS DO BALANÇO PATRIMONIAL**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	6.624,84	7.667,88	PASSIVO FINANCEIRO	10.303,82	8.383,03
ATIVO PERMANENTE	265.900,56	264.586,35	PASSIVO PERMANENTE	5.361,42	5.985,37
			SALDO PATRIMONIAL	265.860,15	257.885,82

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>5.162,43</b>	<b>952,89</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>9.807,10</b>	<b>9.330,65</b>
Atos Potenciais Ativos	5.162,43	952,89	Atos Potenciais Passivos	9.807,10	9.330,65
Garantias e Contragarantias Recebidas	192,56	168,26	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,01	0,01
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres			Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		
	4.647,36	455,75		5.072,78	4.837,75
Direitos Contratuais	322,51	328,88	Obrigações Contratuais	4.734,32	4.492,89
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.162,43</b>	<b>952,89</b>	<b>TOTAL</b>	<b>9.807,10</b>	<b>9.330,65</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	<b>-3.892,24</b>
Recursos Vinculados	<b>213,25</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-2,72
Previdência Social (RPPS)	-176,56
Receitas Financeiras	-88,42
Dívida Pública	1.240,89
Alienação de Bens e Direitos	287,11
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-1.154,34
Outros Recursos Vinculados	107,30
<b>TOTAL</b>	<b>-3.678,98</b>

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – SETEMBRO/2022

## 4.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Valores em milhões de real

### VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2022	2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>39.000,59</b>	<b>91.267,46</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>78,99</b>	<b>77,23</b>
Taxas	78,99	77,23
<b>Contribuições</b>	<b>1.584,90</b>	<b>1.369,76</b>
Contribuições Sociais	1.561,77	1.359,64
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	23,13	10,12
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>300,25</b>	<b>194,15</b>
Venda de Mercadorias	218,49	130,29
Vendas de Produtos	0,04	0,01
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	81,72	63,84
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>628,22</b>	<b>444,26</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	121,37	81,51
Juros e Encargos de Mora	24,23	17,41
Variações Monetárias e Cambiais	22,47	3,53
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	460,15	341,80
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>32.344,41</b>	<b>29.552,53</b>
Transferências Intragovernamentais	31.522,23	28.751,36
Transferências Intergovernamentais	0,65	-0,06
Transferências das Instituições Privadas	3,19	-0,43
Transferências do Exterior	1,28	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	817,05	801,66
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>3.675,10</b>	<b>58.938,42</b>
Reavaliação de Ativos	1.005,81	2.021,54
Ganhos com Alienação	20,45	2,93
Ganhos com Incorporação de Ativos	876,75	53.555,87
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.772,06	3.357,99
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,03	0,08
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>388,72</b>	<b>691,11</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	81,62	52,53
Resultado Positivo de Participações	0,05	0,13
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	3,76	11,41
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	303,29	627,04

Continuação DVP

	2021	2020
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>39.341,92</b>	<b>36.642,82</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4.524,30</b>	<b>4.574,91</b>
Remuneração a Pessoal	3.299,36	3.298,66
Encargos Patronais	1.071,47	1.104,58
Benefícios a Pessoal	80,29	84,39
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	73,19	87,28
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>2.166,83</b>	<b>2.162,13</b>
Aposentadorias e Reformas	1.345,27	1.369,45
Pensões	788,28	756,95
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33,27	35,74
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>1.553,36</b>	<b>2.722,53</b>
Uso de Material de Consumo	76,45	62,56
Serviços	1.375,53	2.560,51
Depreciação, Amortização e Exaustão	101,39	99,46
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>14,17</b>	<b>4,48</b>
Juros e Encargos de Mora	0,15	0,91
Variações Monetárias e Cambiais	10,81	0,68
Descontos Financeiros Concedidos	2,02	2,88
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1,19	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>25.425,18</b>	<b>22.157,84</b>
Transferências Intragovernamentais	24.020,47	21.238,98
Transferências Intergovernamentais	924,50	371,09
Transferências a Instituições Privadas	-	0,08
Transferências ao Exterior	0,04	0,09
Outras Transferências e Delegações Concedidas	480,17	547,60
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>4.613,64</b>	<b>3.896,90</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.341,64	723,61
Perdas com Alienação	2,99	9,49
Perdas Involuntárias	6,37	9,37
Incorporação de Passivos	988,57	1.006,29
Desincorporação de Ativos	1.274,06	2.148,14
<b>Tributárias</b>	<b>27,91</b>	<b>18,34</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22,76	17,05
Contribuições	5,15	1,29
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>144,42</b>	<b>170,55</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	144,41	169,93
Custos dos Produtos Vendidos	0,01	0,62
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>872,11</b>	<b>935,15</b>
Incentivos	0,78	0,93
Subvenções Econômicas	726,98	824,68
Constituição de Provisões	55,96	100,76
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	88,39	8,79
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-341,32</b>	<b>54.624,64</b>

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – SETEMBRO/2021

### 4.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de real

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.529,44</b>	<b>2.529,44</b>	<b>2.555,98</b>	<b>26,54</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>70,77</b>	<b>70,77</b>	<b>55,29</b>	<b>-15,47</b>
Taxas	70,77	70,77	55,29	-15,47
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>1.476,95</b>	<b>1.476,95</b>	<b>1.591,65</b>	<b>114,70</b>
Contribuições Sociais	1.476,51	1.476,51	1.591,43	114,92
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,44	0,44	0,22	-0,22
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>229,52</b>	<b>229,52</b>	<b>490,22</b>	<b>260,70</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7,93	7,93	11,73	3,80
Valores Mobiliários	200,98	200,98	461,48	260,50
Exploração de Recursos Naturais	20,61	20,61	17,01	-3,60
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>10,61</b>	<b>10,61</b>	<b>10,15</b>	<b>-0,45</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>0,08</b>	<b>0,08</b>	-	<b>-0,08</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>532,39</b>	<b>532,39</b>	<b>180,48</b>	<b>-351,91</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	62,19	62,19	59,11	-3,07
Serviços e Atividades Financeiras	470,20	470,20	121,37	-348,83
<b>Transferências Correntes</b>	<b>4,04</b>	<b>4,04</b>	<b>5,12</b>	<b>1,08</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>205,09</b>	<b>205,09</b>	<b>223,06</b>	<b>17,97</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	45,15	45,15	42,60	-2,56
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	68,29	68,29	-2,41	-70,70
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	0,60	0,60
Demais Receitas Correntes	91,64	91,64	182,27	90,63
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>761</b>	<b>761</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>12,70</b>	<b>12,70</b>	-	<b>-12,70</b>
Operações de Crédito Internas	0,18	0,18	-	-0,18
Operações de Crédito Externas	12,52	12,52	-	-12,52
<b>Alienação de Bens</b>	<b>558,24</b>	<b>558,24</b>	<b>97,27</b>	<b>-460,97</b>
Alienação de Bens Móveis	470,23	470,23	8,11	-462,12
Alienação de Bens Imóveis	88,01	88,01	89,16	1,16
<b>Amortização de Empréstimos</b>	<b>5.871,83</b>	<b>5.871,83</b>	<b>3.397,38</b>	<b>-2.474,45</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>0,88</b>	<b>0,88</b>	-	<b>-0,88</b>
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>8.973,09</b>	<b>8.973,09</b>	<b>6.050,63</b>	<b>-2.922,45</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>8.973,09</b>	<b>8.973,09</b>	<b>6.050,63</b>	<b>-2.922,45</b>
<b>DEFICIT</b>	-	-	<b>10.693,72</b>	<b>10.693,72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.973,09</b>	<b>8.973,09</b>	<b>16.744,36</b>	<b>7.771,27</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	-	<b>-1.932,06</b>	-	<b>1.932,06</b>
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	54,40	-	-
Créditos Cancelados	-	-1.986,46	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.531,98</b>	<b>12.411,91</b>	<b>10.052,57</b>	<b>7.953,56</b>	<b>7.379,13</b>	<b>2.359,34</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>8.695,77</b>	<b>8.686,37</b>	<b>7.499,93</b>	<b>6.240,61</b>	<b>5.720,10</b>	<b>1.186,43</b>
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>3.836,22</b>	<b>3.725,54</b>	<b>2.552,64</b>	<b>1.712,95</b>	<b>1.659,03</b>	<b>1.172,91</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.765,51</b>	<b>7.953,52</b>	<b>6.691,79</b>	<b>4.343,44</b>	<b>4.238,81</b>	<b>1.261,74</b>
<b>Investimentos</b>	<b>1.260,28</b>	<b>1.271,27</b>	<b>374,44</b>	<b>18,90</b>	<b>17,79</b>	<b>896,83</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>8.505,23</b>	<b>6.682,26</b>	<b>6.317,34</b>	<b>4.324,54</b>	<b>4.221,02</b>	<b>364,91</b>
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>492,61</b>	<b>492,61</b>	-	-	-	<b>492,61</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>22.790,10</b>	<b>20.858,04</b>	<b>16.744,36</b>	<b>12.296,99</b>	<b>11.617,94</b>	<b>4.113,68</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>22.790,10</b>	<b>20.858,04</b>	<b>16.744,36</b>	<b>12.296,99</b>	<b>11.617,94</b>	<b>4.113,68</b>
<b>TOTAL</b>	<b>22.790,10</b>	<b>20.858,04</b>	<b>16.744,36</b>	<b>12.296,99</b>	<b>11.617,94</b>	<b>4.113,68</b>

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – SETEMBRO/2022

**ANEXOS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Valores em milhões de real

<b>ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>203,86</b>	<b>611,39</b>	<b>510,40</b>	<b>494,99</b>	<b>34,73</b>	<b>285,54</b>
Pessoal e Encargos Sociais	26,61	11,18	25,49	25,49	7,68	4,62
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	177,25	600,22	484,90	469,50	27,05	280,92
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.693,66</b>	<b>3.901,56</b>	<b>2.130,92</b>	<b>1.907,40</b>	<b>28,23</b>	<b>4.659,60</b>
Investimentos	1.651,46	2.290,37	956,62	733,10	26,55	3.182,17
Inversões Financeiras	1.042,20	1.611,20	1.174,30	1.174,30	1,68	1.477,43
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.897,52</b>	<b>4.512,96</b>	<b>2.641,32</b>	<b>2.402,38</b>	<b>62,96</b>	<b>4.945,14</b>

<b>ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS</b>					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>100,86</b>	<b>628,14</b>	<b>628,36</b>	<b>4,75</b>	<b>95,89</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,32	586,91	585,63	0,19	1,41
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	100,54	41,23	42,73	4,56	94,48
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>114,13</b>	<b>102,24</b>	<b>72,01</b>	<b>38,69</b>	<b>105,68</b>
Investimentos	73,10	93,47	63,22	0,20	103,15
Inversões Financeiras	41,03	8,77	8,78	38,49	2,53
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>214,99</b>	<b>730,38</b>	<b>700,36</b>	<b>43,44</b>	<b>201,57</b>

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – SETEMBRO/2022

## 4.4) BALANÇO FINANCEIRO

Valores em milhões de real

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>6.050,63</b>	<b>4.741,32</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>16.744,36</b>	<b>14.631,42</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>418,64</b>	<b>286,57</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>7.435,29</b>	<b>6.161,63</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>5.554,51</b>	<b>4.412,55</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>9.309,07</b>	<b>8.469,79</b>
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	16,50	1.364,00
Alienação de Bens e Direitos	98,64	59,11	Previdência Social (RPPS)	2.228,57	862,67
Transferências Constitucionais e Legais	6,54	6,23	Receitas Financeiras	72,59	108,37
Outros Recursos Vinc.a Fundos, Órgãos e Programas	5.447,78	4.342,65	Dívida Pública	2,73	633,26
Recursos a Classificar	1,56	4,57	Alienação de Bens e Direitos		0,20
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>	<b>77,48</b>	<b>42,20</b>	Outros Recursos Vinc.a Fundos, Órgãos e Programas	6.988,67	5.501,29
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>31.172,96</b>	<b>28.470,77</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>23.656,79</b>	<b>20.920,08</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	21.255,10	20.409,09	Resultantes da Execução Orçamentária	13.410,62	12.653,44
Cota Recebida	7.872,49	7.742,33	Repasse Concedido	4.230,39	4.151,65
Repasse Recebido	4.207,43	4.168,22	Sub-repasse Concedido	9.169,38	8.496,11
Sub-repasse Recebido	9.169,38	8.496,11	Cota Devolvida	5,05	3,25
Repasse Devolvido	5,12	1,65	Repasse Devolvido	5,12	1,65
Sub-repasse Devolvido	0,68	0,78	Sub-repasse Devolvido	0,68	0,78
Independentes da Execução Orçamentária	9.917,85	8.061,67	Independentes da Execução Orçamentária	10.246,17	8.266,65
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.719,93	3.244,91	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.124,05	1.827,45
Demais Transferências Recebidas	869,40	800,01	Demais Transferências Concedidas	878,73	799,15
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.313,92	4.016,58	Movimento de Saldos Patrimoniais	7.228,79	5.640,05
Movimentações para Incorpor. de Saldos	14,60	0,18	Movimentações para Incorporação de Saldos	14,60	
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>5.413,39</b>	<b>5.038,85</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>3.223,83</b>	<b>2.730,13</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	679,05	777,05	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	700,36	666,08
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.447,36	3.858,77	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.402,38	1.907,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	109,23	102,50	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	105,86	156,89
Outros Recebimentos Extraorçamentários	177,75	300,53	Outros Pagamentos Extraorçamentários	15,23	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,79	0,36	Pagamento de Passivos Recebidos	0,66	
Restituições a Pagar		0,01	Valores Compensados	0,14	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,01	0,09	Demais Pagamentos	14,42	
Arrecadação de Outra Unidade	176,95	279,84			
Valores para Compensação		0,53			
Demais Recebimentos		19,70			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>7.405,59</b>	<b>8.180,03</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>6.417,60</b>	<b>8.149,34</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.405,59	8.180,03	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.417,60	8.149,34
<b>TOTAL</b>	<b>50.042,58</b>	<b>46.430,98</b>	<b>TOTAL</b>	<b>50.042,58</b>	<b>46.430,98</b>

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – SETEMBRO/2021

## 4.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em milhões de real

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2021</b>	<b>3.351,23</b>	<b>18,58</b>	<b>0,01</b>	<b>18,96</b>	<b>12,76</b>	<b>347.674,49</b>	-	-	<b>351.076,03</b>
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-1,39	-	-	-	-88.363,62	-	-	-88.365,01
Aumento/Redução de Capital	-	38,48	-	-	-	-	-	-	38,48
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.546,23	-	-	2.546,23
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-18,96	-	19,17	-	-	0,20
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final do Exercício 2021</b>	<b>3.351,23</b>	<b>55,67</b>	<b>0,01</b>	<b>-</b>	<b>12,76</b>	<b>261.876,27</b>	-	-	<b>265.295,93</b>

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2022</b>	<b>3.351,23</b>	<b>55,67</b>	<b>0,01</b>	<b>-</b>	<b>12,76</b>	<b>261.876,27</b>	-	-	<b>265.295,93</b>
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	0,25	-	-	-	468,57	-	-	468,82
Aumento/Redução de Capital	55,67	-41,42	-	-	-	-	-	-	14,25
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	10,44	-	-	10,44
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-341,32	-	-	-341,32
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-0,09	-	-	-0,09
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final do Exercício 2022</b>	<b>3.406,90</b>	<b>14,50</b>	<b>0,01</b>	<b>-</b>	<b>12,76</b>	<b>262.013,87</b>	-	-	<b>265.448,03</b>

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – SETEMBRO/2022



## 4.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em milhões de real

	2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>371</b>	<b>94</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>34.015,12</b>	<b>30.915,02</b>
Receita Tributária	55,29	54,06
Receita de Contribuições	1.591,65	1.293,01
Receita Patrimonial	28,79	19,85
Receita Agropecuária	10,15	9,24
Receita Industrial	-	0,02
Receita de Serviços	180,48	127,82
Remuneração das Disponibilidades	461,43	339,13
Outras Receitas Derivadas e Originárias	223,06	198,94
Transferências Recebidas	5,12	-0,49
Intergovernamentais	-	-0,06
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-0,06
Outras Transferências Recebidas	5,12	-0,43
Outros Ingressos Operacionais	31.459,15	28.873,44
Ingressos Extraorçamentários	109,23	102,50
Restituições a Pagar	-	0,01
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,01	0,09
Transferências Financeiras Recebidas	31.172,96	28.470,77
Arrecadação de Outra Unidade	176,95	279,84
Valores para Compensação	-	0,53
Demais Recebimentos	-	19,70
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-8.591</b>	<b>-9.047</b>
Pessoal e Demais Despesas	-7.719,52	-7.605,06
Administração	-0,16	-0,03
Defesa Nacional	-0,02	-
Assistência Social	-157,59	-243,49
Previdência Social	-2.080,49	-2.050,63
Direitos da Cidadania	-0,83	-2,11
Urbanismo	-24,59	-
Gestão Ambiental	-28,63	-25,50
Ciência e Tecnologia	-0,05	-0,03
Agricultura	-4.698,24	-4.443,78
Organização Agrária	-600,99	-712,95
Indústria	-0,11	-
Energia	-0,01	-0,05
Encargos Especiais	-128,60	-126,85
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,79	0,36
Transferências Concedidas	-1.485,85	-1.079,81
Intergovernamentais	-739,29	-335,26
A Estados e/ou Distrito Federal	-204,37	-115,59
A Municípios	-534,92	-219,66
Intragovernamentais	-724,78	-731,39
Outras Transferências Concedidas	-21,78	-13,16
Outros Desembolsos Operacionais	-23.777,87	-21.076,98
Dispêndios Extraorçamentários	-105,86	-156,89
Pagamento de Passivos Recebidos	-0,66	-
Transferências Financeiras Concedidas	-23.656,79	-20.920,08
Valores Compensados	-0,14	-
Demais Pagamentos	-14,42	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-2.019,87</b>	<b>-1.183,87</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>3.494,65</b>	<b>2.699,74</b>
Alienação de Bens	97,27	58,33
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.397,38	2.641,41
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-5.514,53</b>	<b>-3.883,61</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-86,77	-84,97
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-5.274,26	-3.668,58
Outros Desembolsos de Investimentos	-153,50	-130,05
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-988,00</b>	<b>-30,69</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>7.405,59</b>	<b>8.180,03</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>6.417,60</b>	<b>8.149,34</b>

Fonte: SIAFI-Web 2022 - Extraído do SIAFIWEB – SETEMBRO/2022

## 5) Notas Explicativas

### 5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Mapa estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

### 5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

#### 5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

#### 5.2.2) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### 5.2.3) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; (vii) valores a compensar e (viii) Estoques. Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização é decorrente de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimentos da aplicação financeira do BNDES.

#### **5.2.4) Estoques**

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. No âmbito do MAPA a CONAB possui maior destaque no saldo de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

#### **5.2.5) Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa, somente no INCRA tem-se a Dívida Ativa não Tributária e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no INCRA, referem-se a recursos para fomento (Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional) com o objetivo de que o público da reforma agrária permaneça no campo e , no FUNCAFÉ, referem-se a Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

#### **5.2.6) Investimentos**

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

#### **5.2.7) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### **5.2.8) Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

#### **5.2.9) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e de Bens Móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis devem ser iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

#### **5.2.10) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### **5.2.11) Passivos Circulantes e Não Circulantes**

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros”, no INCRA, registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

#### **5.2.12) Empréstimos e Financiamentos**

Compreende as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA, há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB, que referem-se a repasses de recursos pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados a Política de Garantida de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos”.

#### **5.2.13) Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) Riscos trabalhistas; (ii) Riscos fiscais; (iii) Riscos cíveis; (iv) Repartição de créditos tributários; (v) Provisões matemáticas; e (vi) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No âmbito do MAPA ,as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Riscos Fiscais na CONAB;
- b) Provisão para Indenizações Trabalhistas na Embrapa e na CONAB e
- c) Provisões para Indenizações Cíveis na **Conab**.

#### **5.2.14) Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

##### **Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

##### **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

##### **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis deste trimestre.

### 5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

Em 2019 a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019, e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério;

O Decreto nº 10.041, de 03/10/2019, DOU de 04/10/2019, altera a estrutura do Ministério da Economia, incluindo a Entidade Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

O DECRETO Nº 10.253, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

### 5.5) Partes Relacionadas

#### 5.5.1) EMBRAPA – Posição Jun/2022

Remuneração de empregados

A política salarial da Embrapa contempla remunerações para o quadro de empregados variando entre R\$ 2 mil e R\$ 39 mil com média salarial de R\$ 20 mil. No levantamento foi considerada toda base remuneratória, incluindo incorporação de função gratificada, anuênio/ quinquênio, função gratificada, adicional de titularidade, complementação pecuniária, horas extras, adicional de atividade jurídica e adicional de atividade jornalística

Remuneração de dirigentes

A remuneração mensal de dirigentes é fixa de R\$ 31 mil com adicionais de um terço de férias e pagamento de 13º salário. Não é praticada a remuneração variável na Embrapa. Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria são um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria-Executiva.

Entidade fechada de previdência complementar

A Embrapa colocou à disposição de seus empregados dois planos de benefícios de previdência complementar: o plano Embrapa Básico e o plano Embrapa-FlexCeres. Na Tabela abaixo demonstra-se, por plano, os valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

Tabela 1 - Valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes (valores em R\$ mil).

Plano	Patrocinadora	Participantes	Total
Embrapa Básico	34.871	20.464	55.335
Embrapa-FlexCeres	23.688	26.850	50.537
Total	58.559	47.314	105.8

O plano Embrapa Básico, que está fechado para novas inscrições, é um plano estruturado na modalidade de benefício definido, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no salário.

O plano Embrapa-FlexCeres é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo INPC e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no saldo acumulado de contribuição (participante + patrocinadora). Os benefícios de risco são calculados com base no salário. Os benefícios cobertos pelos dois planos são as aposentadorias programadas, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-doença, o auxílio-reclusão ou detenção, a pensão por morte e o pecúlio por morte. O patrimônio de cobertura dos planos é informado nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Plano Embrapa Básico – em junho de 2022 (valores em R\$ mil).

Item	Total
<b>Patrimônio de cobertura do plano (A)</b>	<b>5.684.806</b>
<b>Provisões matemáticas (B)</b>	5.454.191
Equilíbrio técnico contábil C = (A - B)	<b>230.615</b>
<b>Ajuste de precificação (D)<sup>(1)</sup></b>	334.272
Superávit total acumulado = (C + D)	<b>564.887</b>

<sup>(1)</sup>O ajuste de precificação corresponde à diferença do valor contábil dos títulos públicos marcados à vencimento e o valor calculado desses títulos, considerando-se a taxa de juros real do plano de benefícios.

Tabela 3 - Plano Embrapa-FlexCeres – em junho de 2022 (valores em R\$ mil).

Item	Total
<b>Patrimônio de cobertura do plano (A)</b>	1.568.165
<b>Provisões matemáticas (B)</b>	1.561.824
Equilíbrio técnico contábil C = (A - B)	<b>-3.662</b>
<b>Ajuste de precificação (D)<sup>(1)</sup></b>	13.888
Superávit total acumulado = (C + D)	<b>10.226</b>

<sup>(1)</sup>O ajuste de precificação corresponde à diferença do valor contábil dos títulos públicos marcados a vencimento e o valor calculado desses títulos, considerando-se a taxa de juros real do plano de benefícios.

Os planos patrocinados pela Embrapa encerraram o mês de junho de 2022 com 11.868 participantes e assistidos, sendo 7.426 no plano Embrapa Básico e 4.442 no plano Embrapa-FlexCeres (Tabela 4).

Tabela 4 - Ceres – Número de participantes (ativos e assistidos) por plano, em 30 de junho de 2022.

Plano	Participante	Assistido	Total
Embrapa Básico	2.340	5.086	7.426
Embrapa-FlexCeres	4.236	206	4.442
<b>Total</b>	<b>6.576</b>	<b>5.292</b>	<b>11.868</b>

#### Plano de saúde – Caixa de Assistência dos Empregados da Embrapa

A Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Casembrapa) foi constituída em outubro de 2007 como uma operadora de saúde suplementar de médio porte, no modelo de funcionamento de autogestão, com natureza assistencial, sem fins lucrativos, com sede em Brasília, DF e de abrangência em todo território nacional.

Conforme o art. 6º do Estatuto Social da Casembrapa, essa instituição tem como objetivos sociais prestar, aos seus associados, assistência suplementar à saúde; praticar ações para a prevenção de doenças, promoção, reabilitação e recuperação da saúde; celebrar convênios de reciprocidade com outras operadoras para melhor atendimento aos associados e dependentes; e firmar convênios de cooperação técnica com a Agência Nacional de



Saúde (ANS) e o Ministério da Saúde para promoção de estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento da assistência à saúde suplementar e da autogestão.

Em 30 de junho de 2022, a Casembrapa possuía 22.001 beneficiários, enquadrando-se na categoria de operadora de médio porte (entre 20 mil e 100 mil). Em relação ao exercício anterior (2021), houve uma redução no número de beneficiários de aproximadamente 1,15%.

Para fins de análise das características da carteira de beneficiários, o grupo foi desmembrado em duas categorias:

a) Ativos: composto por empregados em efetivo exercício na Embrapa e respectivos dependentes.

b) Assistidos: composto por ex-empregados – aposentados ou demitidos sem justa causa –, viúvos(as) e respectivos dependentes.

A contribuição dos inativos é composta por: 5,19% sobre a última referência salarial que se encontrava vinculada na época do desligamento (por grupo familiar) mais a parte patronal paga pelos inativos: R\$ 292,03 (per capita) mais coparticipação quando houver utilização.

Nas Tabelas 5 a 9 demonstram-se as despesas, as receitas (de janeiro a junho de 2022) o resumo do balanço patrimonial e o resultado do exercício do plano Casembrapa.

Tabela 5 - Casembrapa – Despesas realizadas (janeiro a junho de 2022) (valores em R\$ mil).

Faixa Etária	Ativo	Inativo	Casembrapa	Total
De 0 a 18 anos	3.654	152	55	3.861
De 19 a 23 anos	1.285	96	6	1.387
De 24 a 28 anos	1.091	14	21	1.126
De 29 a 33 anos	389	11	54	454
De 34 a 38 anos	2.903	14	89	3.006
De 39 a 43 anos	4.011	41	65	4.117
De 44 a 48 anos	3.787	76	17	3.880
De 49 a 53 anos	4.356	928	-	5.284
De 54 a 58 anos	7.168	1.171	6	8.345
59 anos ou mais	14.245	30.403	-	44.648
<b>TOTAL</b>	<b>42.889</b>	<b>32.906</b>	<b>313</b>	<b>76.108</b>

Tabela 6 - Receita realizada do plano Embrapa (janeiro a junho de 2022) (valores em R\$ mil)

Receita realizada do plano Embrapa						
Faixa etária	Mensalidade		Patronal			Total
	Ativo	Inativo	Inativo	Embrapa	Embrapa – PDI	
De 0 a 18 anos			118	7.771	169	8.058
De 19 a 23 anos			69	1.914	117	2.100
De 24 a 28 anos			4	95	2	101
De 29 a 33 anos	72			309	13	394
De 34 a 38 anos	1.416		5	1.458	11	2.890
De 39 a 43 anos	4.236	7	41	3.143	30	7.457
De 44 a 48 anos	4.831	19	48	3.241	38	8.177
De 49 a 53 anos	4.540	42	90	3.150	82	7.904
De 54 a 58 anos	5.141	164	257	3.666	238	9.466
59 anos ou mais	8.447	8.028	4.580	5.063	2.583	28.701
<b>Total</b>	<b>28.683</b>	<b>8.260</b>	<b>5.212</b>	<b>29.810</b>	<b>3.283</b>	<b>75.248</b>

Tabela 7 - Receita realizada do plano Casembrapa (janeiro a junho de 2022) (valores em R\$ mil).

Receita realizada do plano Casembrapa			
Faixa etária	Mensalidade	Patronal	Total
	Associado Casembrapa	Casembrapa	
De 0 a 18 anos	1	154	155
De 19 a 23 anos	1	21	22
De 24 a 28 anos	9	25	34
De 29 a 33 anos	21	41	62
De 34 a 38 anos	27	68	95
De 39 a 43 anos	24	51	75
De 44 a 48 anos	13	34	47
De 49 a 53 anos	2	7	9
De 54 a 58 anos	6	9	15
59 anos ou mais		1	1
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>411</b>	<b>515</b>

Tabela 8 - Casembrapa – Resumo do balanço patrimonial em junho de 2022 (valores em R\$ mil)

Balanço	Jun./2022	Jun./2021
Ativo	<b>129.485</b>	<b>138.285</b>
<b>Ativo circulante</b>	128.931	137.827
<b>Ativo não circulante</b>	554	458
Passivo	<b>129.485</b>	<b>138.285</b>
<b>Passivo circulante</b>	27.234	28.337
<b>Patrimônio líquido</b>	102.251	109.948

Tabela 9 - Casembrapa – Demonstração do resultado do exercício em junho de 2022 (valores em R\$ mil).

Demonstração do resultado	Jun./2022	Jun./2021
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	70.972	45.530
Receita com operações de assistência à saúde	70.972	43.530
Contraprestações emitidas/prêmios emitidos	75.772	76.160
(-) Contraprestações de corresponsabilidade cedida	-4.801	-32.631
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos	-71.875	-36.920
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	-71.550	-36.860
<b>Variação da provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados</b>	<b>-326</b>	<b>-60</b>
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	3.970	3.646
Outras receitas operacionais	3.970	3.646
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	-341	-510
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	-330	-348
Provisão para perdas sobre créditos	-11	-162
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da	-3.970	-3.646
Despesas com operações de assistência à saúde	-3.970	-3.646
Resultado bruto	-1.244	6.099
Despesas administrativas	-7.294	-6.482
Resultado financeiro líquido	4.589	1.203
Receitas financeiras	5.693	1.491
Despesas financeiras	-1.104	-289
Resultado antes dos impostos e participações	-3.950	820
<b>Resultado líquido</b>	<b>-3.950</b>	<b>820</b>

## 5.5.2) CONAB

### Nota – Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS

O Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius) administra três planos de benefícios:

- Plano Conab,
- Plano Conab Saldado e
- Plano ConabPrev.

Os planos Conab e Conab Saldado, constituídos na modalidade de benefício definido (BD) estão fechados para novas adesões. Somente o Plano ConabPrev, de contribuição definida (CD), está aberto para novos participantes. Os citados planos recebem contribuições normais mensais das patrocinadoras e dos participantes de forma paritária, obedecendo a legislação pertinente.

Para melhor entendimento da questão na linha do tempo, cumpre destacar que, em dezembro de 2015, após as autorizações dos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), foi implementado o processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab (plano de origem), criando o Plano Conab Saldado e o Plano ConabPrev. Observe-se que o Plano Conab ainda está ativo, visto que remanesce pequeno número de participantes que não migraram para os dois outros planos.

O mencionado processo de saldamento apurou insuficiência atuarial do antigo Plano Conab, cabendo à Conab, na condição de patrocinadora, a importância de R\$ 691.556 mil, assim distribuídos:

- R\$ 426.309 mil decorrentes dos reflexos das disposições contidas na Lei 8.020/1990 e
- R\$ 265.217 mil, referente à paridade contributiva contida no § 1.º do art. 6.º da Lei Complementar 108/2001.

Coube aos participantes a importância de R\$ 265.217 mil, a qual foi paga integralmente (deduzida das reservas técnicas de cada participante) por ocasião da migração para os novos planos.

Para dar início ao pagamento do aludido déficit, a Conab e o Cibrius formalizaram, em 22/03/2016, Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida Relativo aos Planos de Benefícios, o qual previa o pagamento da dívida em 228 parcelas consecutivas com vencimento da 1ª em 60 dias após a assinatura. Contudo, a validade do contrato foi questionada pelo MAPA e pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, sob a alegação de descumprimento do § 4.º do art. 1.º da Lei nº 9.469/97.

Iniciou-se, a partir daí, as tratativas entre os órgãos competentes para assinatura de contrato substitutivo, sendo que tais tratativas estavam em curso na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União – CCAF/AGU.

No dia 28/08/2019, a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assinou Despacho Decisório autorizando a Conab a celebrar o acordo com o Cibrius para adimplemento da dívida apurada em avaliação atuarial nos termos do instrumento apresentado pela CCAF/AGU.

Em novembro/2019, foi concluído o processo de conciliação instaurado na CCAF/AGU com a autorização do MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União - AGU, propiciando razoável segurança jurídica quanto aos aspectos formais dos instrumentos contratuais firmados entre Conab e Cibrius, Termo de Adimplemento, que substituiu o contrato original, em que a Conab, na condição de patrocinadora, se compromete a pagar o valor acordado de R\$ 990.626 mil (montante inicial atualizado até novembro/2019 pela aplicação do INPC/IBGE e de taxa de juros de 5% a.a.), com um aporte inicial de R\$ 80.311, mil em dezembro/2019 e o saldo remanescente em 228 (duzentas e vinte e oito) parcelas mensais a partir de janeiro/2020, tendo sido mantidas as demais cláusulas do contrato anterior.

Em 30 de Setembro de 2022, a conta Entidades Privadas de Previdência apresentou o saldo de R\$ 1.004.133.385,16. O aumento de R\$ 102.270.090,80 (11,34%) em comparação com o saldo até o 4º trimestre/2021 - R\$ 901.863.294,36 - foi em decorrência da atualização do contrato de saldamento e do pagamento das parcelas ao Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS).

O contrato foi firmado para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato aprovado pelos órgãos superiores.

Desde Janeiro de 2020, até 30/09/2022 foram pagas 33 (trinta e três) parcelas do contrato.

## 6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

### 6.1) BALANÇO PATRIMONIAL

#### A - Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.159,00</b>	<b>11.730,30</b>	<b>-13,40%</b>	<b>100,00%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.417,60	7.405,59	-13,34%	63,17%
Créditos a Curto Prazo	3.519,40	4.153,53	-15,27%	34,64%
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,40	0,47	-14,89%	0%
Estoques	220,67	170,69	29,28%	2,17%
VPDs Pagas Antecipadamente	0,93	0,01	9.200%	0,02%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 272,525 bilhões**, o Ativo Circulante, com saldo de **R\$ 10,159 bilhões** representa apenas **3,73%** e diminuiu **13,40%** com relação a dezembro de 2021.

#### → Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ Milhões			
	Set/2022		DEZ/2021	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	1.857,83	28,95%	3.285,59	44,37%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA	2.538,77	39,56%	2.188,03	29,55%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.444,73	22,51%	913,06	12,33%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	47,72	0,74%	398,64	5,38%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	456,28	7,11%	569,51	7,69%
LIM DE SAQUE C/VINC. PAGTO INST - OFSS	0,02	0%	-	-
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	60,92	0,95%	39,12	0,53%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5,38	0,08%	5,39	0,07%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4,76	0,07%	4,97	0,07%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1,12	0,02%	1,04	0,01%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,07	0,01%	0,26	0%
<b>Totais</b>	<b>6.417,6</b>	<b>100%</b>	<b>7.405,59</b>	<b>100%</b>

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 67,17% refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa que, neste trimestre, apresenta o saldo de **R\$ 6,417 bilhões**, destacando-se o valor de R\$ 1,857 bilhões da conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados** que representa 28,95 % do total da rubrica e refere-se às aplicações financeiras do Órgão Funcafé na Conta Única da União. Já em relação aos **Títulos da Dívida Agrária**, que equivalem a 39,56%, os mesmos referem-se às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária, registrados no órgão **Incra**.

Com relação ao Saldo de Títulos da Dívida Agrária em Trânsito, em que a STN solicitou justificativas através de mensagem SIAFI, foi criado o Grupo de trabalho conforme O.S.Nº 988/2020/DO/SEDE/INCRA e os impactos decorrentes da pandemia de covid-19, vem reduzindo o montante relativo aos TDA's paulatinamente, pois como se verifica no quadro acima, o saldo referente aos títulos da dívida agrária em trânsito foram reduzidos na ordem de 88,03%, saindo de R\$ 398,64 milhões, em dezembro de 2021, para apenas R\$ 47,72 milhões no terceiro trimestre do corrente ano, o que denota o empenho por parte do INCRA para regularização do saldo apontado.

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ bilhões

- Moeda Nacional em 30/09/2022 **R\$ 6,41 bilhões**
- Moeda Estrangeira em 30/09/2022 **R\$ 4,76 milhões**

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ bilhões

- Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$1,86 bilhões**
- Bancos Conta Movimento – Demais Contas **R\$5,38 milhões**
- Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 62,04 bilhões**
- Recursos Liberados pelo Tesouro **R\$ 1,90 bilhões**
- Títulos da Dívida Pública em poder da UG **R\$ 2,59 bilhões.**

Por Órgão	R\$ Milhões			
	set/22	dez/21	AH	AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1.971,89	3.302,17	-40,29%	30,75%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	3.020,13	2.959,59	2,05%	47,10%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	618,18	479,51	28,92%	9,64%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	279,80	233,24	19,96%	4,36%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	308,06	297,04	3,71%	4,80%
FUNDO DE TERRAS	212,59	128,77	65,09%	3,32%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	2,19	0,31	606,45%	0,03%
Total:	<b>6.412,84</b>	<b>7.400,63</b>	-	<b>100%</b>

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destacou-se o aumento, em relação ao último trimestre de 2021 em 2,05% no INCRA— decorrente de títulos da dívida agrária; a redução de 40,29% no Funcafé — relativos a custeio e investimento; e de **28,92%** no MAPA — oriundo de custeio e pagamento de pessoal.

Créditos a Curto Prazo:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
<b>Créditos a Curto Prazo</b>				
<b>CREDITOS A CURTO PRAZO</b>	<b>1.511,81</b>	<b>1.532,76</b>	<b>-1,37%</b>	<b>100%</b>
CLIENTES	7,76	22,67	-65,77%	0,51%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	1.504,36	1.510,44	-0,40%	99,51%
AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	(0,31)	(0,35)	-11,43%	-0,02%
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>2.007,59</b>	<b>2.620,78</b>	<b>-23,40%</b>	<b>100%</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	346,20	405,43	-14,61%	17,24%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	177,93	160,49	10,87%	8,86%
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	16,31	15,72	3,75%	0,81%
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	-	-	-	-
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	1.468,03	2.040,00	-28,04%	73,12%
AJUSTE P/PERDA DE MAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	(0,87)	(0,87)	0%	-

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 34,64% refere-se a Créditos a Curto Prazo que, neste trimestre, apresenta o saldo de **R\$ 3,519 bilhões**, diminuindo 15,18 % com relação ao último trimestre de 2021.

➔ **Empréstimos e Financiamentos Concedidos:**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
<b>EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>1.504,36</b>	<b>1.510,44</b>	<b>-0,40%</b>	<b>100%</b>
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	24,10	151,49	-84,09%	1,60%
EMPREST A CONCEDER PELOS AGENTES FINANCEIROS	1.480,26	1.358,95	8,93%	98,40%

Órgão	R\$ Milhões		
	Set/2022	Dez/2021	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	24,10	151,49	1,60%
FUNDO DE TERRAS	1.480,26	1.358,95	98,40%
<b>Total:</b>	<b>1.504,36</b>	<b>1.510,44</b>	<b>100%</b>

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos são compostos por **Empréstimos Concedidos a Receber** no total de R\$ 24,10 milhões - que referem-se a valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária do INCRA - e **Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros** – no total de R\$ 1.480 bilhão, que representam 98,40 % do valor total da rubrica e refere-se à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES.

Quanto ao saldo de empréstimos e financiamentos concedidos:

- **No INCRA**, refere-se à modalidade de empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária;
- **No FUNDO DE TERRAS**, refere-se aos financiamentos com o BNDES o qual tem a gestão financeira do FTRA e as atribuições de receber recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003, também não há contabilização dos juros contratuais por competência.

Foi sugerido no Processo nº 21000.013243/2020-30 com a elaboração da Nota Técnica nº60/2022/COOFT/CGFT/DECRED/SAF/MAPA a Sugestão de Lançamentos Contábeis. Durante o mês de setembro foram trocadas mensagens entre a CCONT/MAPA e CCONT/STN (nºs 2022/0925837, 2022/0975535 e 2022/1010931) tratando sobre a mova rotina de registros contábeis a ser estabelecida no Funcafé.

➔ **Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>346,20</b>	<b>405,43</b>	<b>14,61%</b>	<b>100%</b>
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	203,90	164,76	23,76%	58,90
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	25,03	92,69	-73,00%	7,23%
ADIANTAMENTO DE VIAGENS	1,06	0,05	2.020,00%	0,30%
SALÁRIOS E ORDENADOS	9,29	11,27	-17,57%	2,68%
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	75,69	115,28	-34,34%	21,86%
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	2,27	1,00	227,00%	0,7%
ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVIÇO	0,16	0,16	0%	0,05%
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	8,56	0,3	2.753,00%	2,47%
ADIANTAMENTOS DE TRANSFERÊNCIA LEGAL	5,49	5,40	1,67%	1,59%
ADIANTAMENTOS A UNIDADES E ENTIDADE	14,76	14,77	-0,07%	4,26%

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
<b>OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>1.468,03</b>	<b>2.040,00</b>	<b>-28,04%</b>	<b>100%</b>
RECURSOS DA UNIAO	307,82	386,41	-20,34%	20,97%
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	133,28	830,26	-83,98%	9,08%
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	935,35	734,64	27,32%	63,71%

R\$ Milhões

Órgão	Set/2022	Dez/2021	% AH	% AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	17,60	22,36	-21,29%	1,20%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	31,87	25,42	25,37%	2,17%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	17,53	19,33	-9,31%	1,19%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	415,50	254,38	63,34%	28,30%
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	484,70	449,62	7,80%	33,02%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	500,83	1.268,89	-60,53%	34,12%
<b>Total</b>	<b>1.468,03</b>	<b>2.040,00</b>		<b>100%</b>

O saldo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apresentou aumento significativo em relação ao último trimestre de 2021, na ordem de 63,34%. Cabe destacar, no que diz respeito ao adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) há uma concentração de 41,72% na autarquia.

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo da CONAB e do MAPA representam, juntos, 67,14% do valor total da rubrica. A CONAB, que ocupa a maior parcela de representatividade nessa rubrica, 34,12% do total, apresentou um forte redução de 60,53% quando comparado ao saldo de dezembro de 2021, como indica a tabela.

No que se refere ao MAPA, que ocupou 33,02% do total da rubrica, houve um aumento na ordem de 7,80%, provocado pela crescimento das transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), que é responsável pela maior parcela do saldo.

### → Estoque:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	set/22	dez/21	AH%	AV%
<b>ESTOQUES</b>	<b>220,67</b>	<b>171,65</b>	<b>28,56%</b>	<b>100%</b>
MERCADORIAS PARA REVENDA	156,27	116,06	34,65%	70,82%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	2,46	1,85	32,97%	1,11%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORACAO	0,36	0,36	0%	0,16%
MATERIAIS EM TRANSITO	4,54	0,41	1.007,32%	2,06%
ALMOXARIFADO	47,68	44,12	8,07%	21,61%
OUTROS ESTOQUES	9,37	8,86	5,76%	4,25%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 2,17% refere-se a Estoques que, neste trimestre, apresenta o saldo de R\$ 220,67 milhões e aumentou 29,28% com relação ao último trimestre de 2021. Os estoques compreendem especialmente as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração e almoxarifado.

R\$ Milhões

Órgão	Set/2022	Dez/2021	% AH	% AV
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	13,16	13,44	-2,08%	5,96%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	3,00	2,81	6,76%	1,36%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	44,48	39,80	11,76%	20,16%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	160,02	115,59	38,44%	72,52%
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	0,01	0,01	0%	-
<b>Total</b>	<b>220,67</b>	<b>171,65</b>	<b>28,56%</b>	<b>100%</b>



Em relação aos Estoques, destaca-se o saldo da **Conab**, que representa 72,52% de todo o grupo e aumentou 38,44%, com relação ao último trimestre de 2021, referente a aquisição de alimentos para formação de estoques públicos e cestas básicas, com destaques as aquisições de milho pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

O saldo de estoques da **Embrapa**, representa 20,16% do grupo e aumentou 11,76% com relação ao último trimestre de 2021 e concentra-se nos estoques reguladores e estratégicos.

## B - Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>262.366,40</b>	<b>260.523,93</b>	<b>0,71%</b>	<b>100%</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	27.970,14	25.711,65	8,78%	10,66%
Investimentos	14,06	14,03	0,21%	0%
Imobilizado	234.249,99	234.675,39	-0,18%	89,28%
Intangível	132,31	122,85	7,70%	0,05%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 272,525 bilhões**, o Ativo Não Circulante representa 96,27% e seu saldo aumentou 0,71 % com relação ao último trimestre.

### → Ativo realizável a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Set/2022	dez/2021	AH%	AV%
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>27.970,14</b>	<b>25.711,65</b>	<b>8,78%</b>	<b>100%</b>
CREDITOS A LONGO PRAZO	17.902,58	15.843,27	13,00%	64,00%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	10.067,56	9.868,38	2,02%	36,00%
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LP	-	-	-	-

### → Créditos a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Set/22	dez/21	AH%	AV%
<b>CREDITOS A LONGO PRAZO</b>	<b>17.902,58</b>	<b>15.843,27</b>	<b>13,00%</b>	<b>100%</b>
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	17.562,33	15.503,02	13,28%	98,10%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - ESTOQUE PROPRIO	201,35	201,35	0%	1,12%
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	138,87	138,87	0%	0,76%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - PRESTACAO SERVICOS	0,03	0,03	0%	0%

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS				
Órgão	Set/22	dez/21	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	6.443,55	6.222,57	3,55%	36,69%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	7.984,34	6.146,00	29,91%	45,46%
FUNDO DE TERRAS	3.134,44	3.134,44	0%	17,85%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17.562,33</b>	<b>15.503,01</b>	<b>13,28%</b>	<b>100%</b>

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos tiveram aumento de 13,28% em relação ao último trimestre de 2021, destacando-se o **Funcafé**, que representa 45,46% desse total, e refere-se aos empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária por autorização legal ou vinculado a contrato ou acordo, com vencimento a longo prazo e o **INCRA**, que representa **36,69%** do total desse subgrupo e que aumentou 3,55% com relação ao último trimestre de 2021 devido à concessão de empréstimos concedidos para projetos de assentamento, créditos de fomento e para associações de pequenos produtores rurais.

A Dívida Ativa Não Tributária do **Incra** (100% do total da rubrica) no total de R\$ 138,87 milhões é resultado de inscrições em dívida ativa realizadas na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, as publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas na Autarquia citada, e não teve alteração com relação ao saldo em dezembro de 2021.

→ **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	8.155,91	8.145,14	0,13%	81,01%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.448,61	1.302,63	11,21%	14,39%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	396,41	366,11	8,28%	3,94%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	65,17	53,05	22,85%	0,65%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	1,45	1,45	0%	0,01%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	-	-		-
<b>Total</b>	<b>10.067,55</b>	<b>9.868,38</b>		<b>100%</b>

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Set/22	Dez/21	AH%	AV%
<b>OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO</b>	<b>9.556,01</b>	<b>9.410,69</b>	<b>1,54%</b>	<b>100%</b>
CRÉDITOS A RECEBER - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	7.827,28	7.827,28	0%	81,91%
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	1.358,14	1.225,35	10,84%	14,21%
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	331,73	323,65	2,50%	3,47%
CRED POR CONCESSÃO DIREITO USO/EXPLORAÇÃO DE BENS	0,06	0,06	0%	
CRED A RECEBER POR ACERTO FINAN C/SERV E EX-SERV	11,30	12,34	-8,43%	0,12%
DUPLICATAS E TÍTULOS EM CONTENCIOSO	6,59	6,47	1,85	0,07%
CRÉDITOS PARCELADOS	20,91	14,90	40,34%	0,22%
TÍTULOS A RECEBER	-	0,12	-	
CRED A RECEBER DECORRENTES DE INFRAÇÕES-LG PZ	-	0,51	-	

**Demais Créditos e Valores a Longo Prazo** tiveram pequeno aumento de 0,13% e o órgão **Incra** representa 81,01% do total da rubrica, no valor de **R\$ 8,16 bilhões**. Desse total, R\$ 7,83 bilhões refere-se a conta “Créditos a receber – Regularização” que tem como função registrar os valores a receber decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

- **Imobilizado** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004](#);
- **O Intangível** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005](#);
- Os **Investimentos** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006](#).

## C - Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.674,70	3.015,65	-11,31%	60,17%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.245,37	1.068,91	16,51%	28,01%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	603,26	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	356,35	196,18	81,64%	8,02%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	152,64	161,00	-5,19%	3,43%
Provisões a Curto Prazo	1,51	1,51		0,03%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	14,87	1,81	722%	0,33%

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 6,51 bilhões**, o Passivo Circulante representa 68,27% e seu saldo no total de R\$ 4,45 bilhões reduziu 11,94% com relação ao último trimestre de 2021.

No que se refere aos empréstimos e financiamentos a curto prazo, mais especificamente quanto aos contratos de empréstimos internos (Fundo de Terras), os saldos foram regularizados pelos pagamentos correspondentes à capitalização do FTRA referente a reembolso e capitalização financeira da CEF, BB, BNB e BNDES para o corrente ano, conforme processo nº 55000.000698/2011-16. Já no que tange aos débitos de operações especiais (CONAB), o saldo foi regularizado através de baixa em virtude de alterações na ação 2130 – Formação de Estoques – CONAB, por meio de transferências, quitações de diversas parcelas e recebimento de receitas de vendas em balcão.

Na CONAB, no subgrupo Operações Especiais de Empréstimos a Curto Prazo - que representava os registros contábeis dos diferimentos das receitas de repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições, manutenções e formação dos estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004 - o saldo de R\$ 564,80 milhões, no 4º trimestre de 2021, foi baixado em Setembro de 2022, em atendimento às solicitações da Coordenação Geral de Contr. e Execução de Operações Fiscais/STN – COGEF/STN devido a alterações de contabilização da ação 2130 - Formação de Estoques STN/Conab/SOF, com reflexo na conta Ajustes de Exercícios Anteriores resultando num aumento de **150.383,78%** no Resultado Acumulado, conforme observa-se na análise horizontal do Patrimônio Líquido.

→ Os **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** são objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 001](#);

→ **Demais Obrigações a Curto Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	1.938,87	1.627,35	19,14%	72,49%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	381,88	1.164,81	-67,22%	14,28
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	151,15	143,88	5,05%	5,65%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	94,37	73,31	28,73%	3,53%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	103,05	0,91	11.224,18%	3,85%
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	5,38	5,38	0%	0,20
FUNDO DE TERRAS	-	0,01	-	-
<b>Total:</b>	<b>2.674,70</b>	<b>3.015,65</b>	<b>-11,31%</b>	<b>100%</b>

ESPECIFICAÇÃO	Set/22	AV%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.674,70	100%
VALORES RESTITUÍVEIS	105,38	3,93%
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	0,04	0,01%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.569,28	96,06%
TOTAL	2.674,70	100%

O órgão Funcafé apresentou uma forte variação positiva de 11.224,18%. No entanto, cabe ressaltar que esse elevado percentual não se dá pelo fato dos valores corresponderem a uma fatia relevante do saldo total das obrigações a curto prazo, pois só ocupam 3,85% do todo, mas tão somente pelo valor irrisório que figurava no último trimestre de 2021 ter sofrido.

No que diz respeito às Demais Obrigações a Curto Prazo destacou-se o INCRA, que possui o percentual 72,49%, portanto, o de maior representatividade do grupo. Esse saldo, em sua maioria, refere-se aos registros dos Precatórios de Terceiros. O aumento de 19,14% no âmbito do INCRA, em comparação ao saldo do último trimestre de 2021 refere-se à inclusão, reinclusão e atualizações monetárias, conforme orientações do Conselho de Justiça Federal – CJF.

Na CONAB houve uma aguda variação negativa de 67,22% comparado ao último trimestre de 2021. O saldo corresponde aos registros de recebimentos de recursos para execução de Termos de Execução Descentralizadas (TED). Já na EMBRAPA ocorreu um leve aumento de 5,05% em relação ao último trimestre do exercício anterior e o saldo também está concentrado na maior parte na execução de Termos de Execução Descentralizadas (TED).

Apesar da ocorrência de variações significativas tanto positivas quanto negativas, o total das Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu declínio de 11,31%.

#### D - Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	Set/2022	Dez/2021	AH%	Milhões
				AV%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.066,30</b>	<b>1.909,97</b>	<b>8,18%</b>	<b>100%</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1,23	3,01	-59,14%	0,06%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,94	315,93	0%	15,29%
Provisões a Longo Prazo	708,49	653,79	8,37%	34,29%
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.040,64	937,24	11,03%	50,6%

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 6,52 bilhões**, o Passivo Não Circulante representa 31,75% e seu saldo no total de R\$ 2,07 bilhão aumentou 8,18 % com relação ao último trimestre de 2021.

O subgrupo **Provisões a Longo Prazo**, apresentou um aumento de 8,37% em relação ao último trimestre de 2021. Além disso, como indica a tabela, representa 34,29% do total do Passivo Não Circulante. Cabe ressaltar que a maior parte desse montante corresponde a provisões para riscos trabalhistas por parte da CONAB e da EMBRAPA.

- ➔ **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001](#) ;
- ➔ As **Provisões a Longo Prazo** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003](#).
- ➔ **Demais Obrigações a Longo Prazo:**

R\$ Milhões

Órgão	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	32,66	29,47	10,82%	3,14%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	3,20	3,20	0%	0,31%
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	-	0,02	-	-
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.004,78	904,55	11,08%	96,55%
<b>Total:</b>	<b>1.040,64</b>	<b>937,24</b>		<b>100%</b>

O Órgão CONAB representa 96,55% do valor total da rubrica, essencialmente na conta ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA e sofreu variação positiva de 11,08 % com relação ao último trimestre de 2021. O valor decorre da diferença entre a atualização do contrato de saldamento e as parcelas pagas, firmado entre a CONAB e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS). O contrato foi firmado para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato aprovado pelos órgãos superiores. Desde Janeiro de 2020 já houve o pagamento das quinze primeiras parcelas.

Essa variação positiva no que se refere à CONAB foi responsável também pela variação positiva de 11,03% nas Demais Obrigações a Longo Prazo.

O saldo do Inkra, no total de R\$ 32,66 milhões, representa 3,14% da rubrica e refere-se à conta PRECATÓRIOS DE TERCEIROS, que sofreu uma alteração 10,82% em relação ao último trimestre de 2021. Os pagamentos de precatórios de terceiros somente são realizados à medida que a justiça decide sobre o pagamento, ou não, dessas dívidas. Portanto, no que diz respeito ao aumento percentual apresentado na referida conta, deve-se a novos registros contábeis relativos a precatórios a serem pagos.

#### E - Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.406,90	3.351,23	1,66%	1,28%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	14,51	55,67	-73,94%	0%
Reservas de Capital	0,01	0,01	0%	0%
Reservas de Lucros	-	18,96	-	-
Demais Reservas	12,76	12,76	0%	0%
Resultados Acumulados	262.920,80	259.311,08	1,39%	98,71%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>266.354,98</b>	<b>262.749,71</b>		<b>100%</b>

#### Resultados de Exercícios Anteriores:

R\$ Milhões

Órgão	Set/2022	Dez/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	241.254,12	239.622,44	0,68%	91,76%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	9.604,90	8.908,02	7,82%	3,65%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	9.356,93	8.809,96	6,21%	3,56%
FUNDO DE TERRAS	4.622,15	4.400,75	5,03%	1,76%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	47,71	44,55	7,09%	0,02%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	556,79	0,37	<b>150.383,78%</b>	0,21%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	(2.521,80)	(2.475,01)	1,89%	-0,96%
<b>Total</b>	<b>262.920,80</b>	<b>259.311,08</b>	<b>1,39%</b>	<b>100%</b>

O órgão com maior relevância é o INCRA que representa 91,76% do total da conta.

## Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 3º Trimestre de 2022, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 468,58 milhões**, relacionados com fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo tendo uma redução de 1,75% em relação a dezembro de 2021.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

**Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
<b><u>Circulante (Curto Prazo)</u></b>	<b>152,64</b>	<b>161,01</b>	<b>-5,20</b>
Nacionais	152,64	161,01	-5,20
Estrangeiros	-	-	-
<b><u>Não Circulante (Longo Prazo)</u></b>	<b>315,94</b>	<b>315,94</b>	
Nacionais	315,94	315,94	
Total	<b>468,58</b>	<b>476,95</b>	<b>-1,75</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto ao Curto Prazo verifica-se um decréscimo de 5,20%.

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 30/09/2022 os saldos relevantes são os Fornecedores Nacionais de Longo Prazo.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se os Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 30/09/2022.

**Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.**

ÓRGÃOS	R\$ Milhões	
	31/09/2022	AV (%)
<b>FUNCAFE</b>	315,94	67,42
<b>MAPA</b>	85,51	18,25
<b>INCRA</b>	33,18	7,08
<b>CONAB</b>	21,71	4,63
<b>EMBRAPA</b>	12,25	2,61
<b>SFB</b>	-	-
Total	<b>468,59</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 67,42% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir relacionam-se os fornecedores mais significativos do Mapa saldos em aberto, na data base de 30/09/2022.

**Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.**

R\$ Milhões

FORNECEDORES	30/09/2022	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	321,93	68,70%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	67,61	14,43%
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	6,10	1,30%
AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	5,55	1,18%
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E	4,00	0,85%
TOPOSAT ENGENHARIA LTDA - EPP	3,92	0,84%
TRANSPORTES BOTUVERA LTDA	3,16	0,67%
GERVASIO ZANELLA	1,96	0,42%
LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO LIMITADA	1,91	0,41%
DIAMANTINA PROJETOS LTDA	1,67	0,36%
Demais Fornecedores	50,78	10,84%
<b>Total</b>	<b>468,59</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme ilustra a tabela acima, que elenca as obrigações mais expressivas do MAPA – Órgão Superior, o valor a pagar ao fornecedor **Banco do Brasil**, no total de R\$ 321,93 milhões, representa 68,70 % de todas as obrigações, sendo 98,14% do montante, no valor de R\$ 315,94 milhões, referente a obrigação de Longo Prazo do órgão contratante **Funcafé**.

Esse valor de R\$ 315,94 milhões foi registrado em junho de 2017 e desde então não houve alteração. Refere-se a transferência do curto para o longo prazo do contrato de prestação de serviços de administração de créditos celebrado entre o Funcafé e o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram objeto de dação em pagamento à União, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Com relação à obrigação com a Caixa Econômica Federal, 83% do valor total refere-se a atividades de gestão operacional para execução de contratos de repasse com a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação – SDI/MAPA.

## Nota nº 002 - Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 30/09/2022, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuía saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de **R\$ 4,734 bilhões**, valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 30/09/2022. Apresentamos tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 3º Trimestre de 2022, conforme abaixo:

**Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.**

ITENS	R\$ Milhões			
	30/09/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Serviços	3.362,19	3.040,66	10,57%	71,02%
Empréstimos e Financiamentos	1.216,83	1.231,54	-1,19%	25,70%
Fornecimento de Bens	118,38	123,98	-4,52%	2,50%
Demais	14,41	14,41	0,00%	0,30%
Seguros	12,97	71,19	-81,78%	0,27%
Aluguéis	9,54	11,11	-14,13%	0,20%
<b>Total</b>	<b>4.734,32</b>	<b>4.492,89</b>	<b>5,37%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

As obrigações contratuais do Mapa aumentaram 5,37% com relação a dezembro de 2021. Este aumento no total das obrigações deve-se especialmente ao aumento de 10,57% na rubrica Serviços, que representa 71,02% do total das obrigações assumidas pelo Ministério. A rubrica Seguros teve um decréscimo significativo de 81,78%, referente a execução do seguro rural da Secretaria de Políticas Agrícolas.

**Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.**

ÓRGÃO	R\$ Milhões	
	30/09/2022	AV (%)
<b>MAPA</b>	1.346,23	28,44%
<b>CONAB</b>	1.229,36	25,97%
<b>FUNCAFÉ</b>	1.220,75	25,79%
<b>INCRA</b>	582,95	12,31%
<b>EMBRAPA</b>	315,01	6,65%
<b>SFB</b>	40,01	0,85%
	<b>4.734,32</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 30/09/2022. O órgão **MAPA** possui maiores obrigações contratuais em torno de 28,44% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações (93,65%) referentes a Serviços – seguido da **CONAB** – com 25,97% do valor total, das quais 99,17% referem-se também a contratos de Serviços e do **FUNCAFÉ**, com 25,79% do valor total, sendo 99,67% referente aos contratos com empréstimos e financiamentos.

**Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.**

Contratado	R\$ Milhões	
	30/09/2022	AV (%)
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS	1.023,45	21,62%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	344,33	7,27%
BANCO BRADESCO S.A.	213,14	4,50%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	206,17	4,35%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	164,2	3,47%
BANCO MUFG BRASIL S.A.	151,46	3,20%
BANCO DO BRASIL SA	118,82	2,51%
BANCO CITIBANK S A	90,83	1,92%
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	90,12	1,90%
CAST INFORMATICA S/A	83,26	1,76%
<b>Total dos 10 primeiros Contratados mais relevantes</b>	<b>2.485,78</b>	<b>52,51%</b>
<b>→ Demais Obrigações – Por Contratado.</b>		<b>47,49%</b>
	<b>2.248,54</b>	
<b>Total</b>	<b>4.734,32</b>	<b>100,00%</b>

A tabela 03 relaciona os dez contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 30/09/2022. O contrato com valor mais expressivo é o da CIBRIUS-CONAB, no valor de R\$ 1,023 bilhão, que representa 83,25% de todas as obrigações contratuais da CONAB, 30,44% dos contratos de Serviços do MAPA e 21,62% de todas as obrigações contratuais assumidas pelo Ministério.



## Nota nº 003 - Provisões

Em 30 de setembro de 2022 o **MAPA** apresentou um saldo de **R\$ 710 milhões** relacionados a provisões de curto e longo prazos.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 3º trimestre 2022.

**Tabela 01 – Provisões – Composição.**

COMPOSIÇÃO	30/09/2022	31/12/2021	R\$ Milhões AH (%)
Provisões a curto prazo	1,51	1,51	0%
Provisões a longo prazo	708,49	653,79	8,37%
<b>Total</b>	<b>710</b>	<b>655,30</b>	<b>8,35%</b>

**Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo – Composição.**

Provisões	30/09/2022	31/12/2021	R\$ Milhões AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0	0	0%
Riscos Cíveis a Curto Prazo	0	0	0%
Outras a Curto Prazo	1,51	1,51	0%
<b>Total</b>	<b>1,51</b>	<b>1,51</b>	<b>0%</b>

Apenas 0,21% do total das provisões, no valor de R\$ 1,51 milhão, são de curto prazo e não houve alteração durante este ano. Refere-se a registro de passivos de encargos patronais - PSSS dos precatórios vinculados ao órgão externo devedor referentes à LOA 2022, realizado em dezembro de 2021.

### Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

**Tabela 03 – Provisões de Longo Prazo por Órgão.**

Órgãos	30/09/2022	31/12/2021	R\$ Milhões AH (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	350,29	328,80	6,54
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	358,20	324,99	10,22%
<b>Total</b>	<b>708,49</b>	<b>653,79</b>	<b>8,37%</b>

Em **30/09/2022** o saldo apresentado na conta foi de **R\$ 708,49 milhões**, sendo na **Embrapa R\$ 350,29 milhões** e na **CONAB R\$ 358,20 milhões**. A **CONAB** é responsável por 50,56% do total de provisões a longo prazo, e a **EMBRAPA** com 49,44%.

**Tabela 04 – Provisões a Longo Prazo – Composição.**

Provisões	30/09/2022	31/12/2021	R\$ Milhões AH(%)
Riscos Trabalhistas	632,22	587,64	7,59%
Matemáticas	1,88	0	100%
Riscos Fiscais	30,67	31,87	-3,77%
Riscos Cíveis	43,72	34,28	27,54%
<b>Total</b>	<b>708,49</b>	<b>653,79</b>	<b>8,37</b>

A Provisão para Riscos Cíveis, em termos percentuais, foi a que apresentou maior aumento com relação a 2021, na ordem de R\$ 9,44 milhões. No entanto, a Provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante representando 89,23% do total das provisões a longo prazo.

Em 30/06/2022 a CONAB registrou a provisão Matemática a Longo Prazo decorrente do valor apurado de obrigações pós-emprego do plano de previdência da CONAB, apresentado pela Empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., contida no PROCESSO SEI Nº 21200.003896/2022-16.

### Embrapa

R\$ Milhões

Natureza	Valor Estimado em set/2022	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Trabalhistas		
<b>Prováveis</b>	88,12	Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/ Horas in itinere/ Horas extras/ Redução de Jornada/ Incorporação de Gratificação/ Jornalistas/ (*) Pagamento de Premiação/ Teto salarial.
Cíveis		
<b>Prováveis</b>	2,08	Anulação de ato administrativo
Previdenciários		
<b>Prováveis</b>	19,54	Encargos Previdenciários
Tributários		
<b>Prováveis</b>	240,55	Anulação de débito fiscal/ ITR - INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal - CEF
<b>TOTAL</b>	<b>350,29</b>	

#### NOTA EMBRAPA

Risco Possível: As ações trabalhistas referentes ao teto salarial, conforme disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XI, devoluções de descontos indevidos, horas extras, adicional de insalubridade, incorporação de gratificação, reenquadramento funcional, dano material e moral, ações que tratam do pagamento de premiação decorrente do cancelamento do processo de premiação por desempenho institucional de 2019 e outros somam o montante total de R\$ 158,04. Em virtude da sua classificação como de "risco possível", não foram registradas provisões para essas ações.

### CONAB

R\$ Milhões

Natureza	Valor Estimado em set/2022
Trabalhistas	
<b>Prováveis</b>	281,93
Cíveis	
<b>Prováveis</b>	30,35
Fiscais	
<b>Prováveis</b>	0,32
Matemáticas	
<b>Prováveis</b>	1,88
<b>TOTAL</b>	<b>358,20</b>

Nas Provisões a Longo Prazo da CONAB, 87,18% são referentes a Riscos Trabalhistas e Riscos Cíveis a serem desembolsados a longo prazo, conforme planilha de Provisões Passivas, elaboradas pelas áreas jurídicas da Companhia.

No MAPA como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, CONAB e Embrapa, existem estas provisões e as demais, assim como os registros para, assim como os registros para perdas.

## Nota nº 004 - Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30 de setembro de 2022, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de **R\$ 234,249 bilhões**, líquidos da depreciação e amortização, que representou um acréscimo de 0,18% em relação ao 4º trimestre/2021.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o terceiro trimestre de 2022 e para o exercício de 2021.

**Tabela 01 – Imobilizado – Composição**

	R\$ Milhões		
	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
<b>Bens Móveis</b>	<b>1.192,05</b>	<b>1.235,50</b>	<b>-3,51%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	2.568,19	2.552,55	0,61%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.349,40)	(1.290,31)	4,58%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(26,74)	(26,74)	0%
<b>Bens Imóveis</b>	<b>233.057,84</b>	<b>233.439,89</b>	<b>-0,16%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	233.692,36	234.465,67	-0,33%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(634,52)	(1.025,78)	-37,11%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0	0	0%
Total	<b>234.249,89</b>	<b>239.361,05</b>	<b>-2,14%</b>

### Bens Móveis

Os Bens Móveis em 30/09/2022 totalizavam em **R\$ 1,192 bilhão**, líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável acrescidos de bens advindos dos órgãos incorporados ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 02 – Bens Móveis – Composição**

	R\$ Milhões		
	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
<b>Bens Móveis - Composição</b>			
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.107,64	1.102,67	0,45%
Bens de Informática	520,14	519,52	0,12%
Veículos	469,36	476,85	-0,03%
Móveis e Utensílios	258,54	258,05	-1,57%
Demais Bens Móveis	108,35	110,59	-2,03%
Bens Móveis em Almoxarifado	63,56	43,55	45,95%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	35,41	35,42	-0,03%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4,4	4,13	6,54%
Bens Móveis em Andamento	0,77	1,78	-56,74%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1349,40)	(1290,31)	4,58%
Total	<b>1.192,05</b>	<b>1.235,50</b>	<b>-3,51%</b>

Constam Bens Móveis registrados no valor de R\$ 18,73 milhões no fechamento do balanço 2021 referente à conta de Bens Não Localizados. No final do 3º trimestre/2022 este valor diminuiu para R\$ 18,24 milhões.

Foi gerado o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados.

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 30/09/2022, totalizavam R\$ 233,057 bilhões, líquidos de depreciação/amortização, com maior concentração no Órgão INCRA, advindo ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019, no valor líquido de R\$ 223,527 bilhões, e teve um decréscimo de 1,03% em relação ao período de 31/12/2021. Estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos**

Órgão UGE	R\$ Milhões												AV%	
	MIN.AGRICULTURA		INCRA		EMBRAPA		CONAB		SFB		TOTAIS			set/22
	set/22	dez/21	set/22	dez/21	set/22	dez/21	set/22	dez/21	set/22	dez/21	set/22	dez/21		
Bens de Uso Especial	8.777,22	8.177,15	221.263,96	222.676,42	518,48	508,49	302,76	306,98	0,86	0,86	230.863,27	231.669,89	99,06%	
Bens Dominicais	0	0	1.814,90	1.814,42	0	0	0	0	0	0	1.814,90	1.814,42	0,78%	
Bens Imóveis em Andamento	84,35	82,16	454,15	439,22	65,47	51,81	20,82	20,79	3,27	2,75	628,06	596,73	0,27%	
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	23,50	23,50	2,25	2,25	214,40	213,47	9,73	9,73	0	0	249,88	248,95	0,11%	
Instalações	21,67	21,64	14,53	14,56	95,15	94,26	0,18	0,18	0,30	0,30	131,82	130,93	0,06%	
Demais Bens Imóveis	0	0	4,44	4,75	0	0	0	0	0	0	4,44	4,75	0%	
Depr./Amort. Acum Bens Im	(8,32)	(48,13)	(26,48)	(398,17)	(377,78)	(359,11)	(221,94)	(220,36)	(0)	(0)	(634,52)	(1.025,78)	-0,27%	
<b>Total</b>	<b>8.898,41</b>	<b>8.256,32</b>	<b>223.527,74</b>	<b>224.553,44</b>	<b>515,72</b>	<b>508,91</b>	<b>111,55</b>	<b>117,32</b>	<b>4,42</b>	<b>3,90</b>	<b>233.057,84</b>	<b>233.439,89</b>	<b>100%</b>	

**Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total**

R\$ Milhões

Bens Imóveis – Composição	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
Bens de Uso Especial	230.863,27	231.669,89	-0,35%
Bens Dominicais	1.814,90	1.814,42	0,03%
Bens Imóveis em Andamento	628,06	596,73	5,25%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	249,88	248,95	0,37%
Instalações	131,82	130,93	0,68%
Demais Bens Imóveis	4,44	4,75	-6,55%
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(634,52)	(1.025,78)	-38,14%
Redução ao Valor Recuperável	0	0	0%
<b>Totais</b>	<b>233.057,84</b>	<b>233.439,89</b>	<b>-0,16%</b>

De acordo com a tabela ao lado, os BENS DE USO ESPECIAL apresentaram um acréscimo de 0,35% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do 3º trimestre/2022, perfazendo o montante de **R\$ 230,863 bilhões** a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL, os quais são considerados os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal, são constituídos conforme tabela abaixo:

**Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição**

R\$ Milhões

Bens de Uso Especial – Composição	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	95.575,54	97.091,89	-1,56%
Terrenos, Glebas	124.836,71	124.713,07	0,10%
Imóveis de Uso Educacional	0,54	0,54	0%
Edifícios	1.177,41	1.173,37	0,34%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.656,92	1.656,92	0%
Imóveis Residenciais e Comerciais	102,77	117,33	-12,41%
Aerportos, Estações e Aeródromos	0	0,09	-100%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	2.097,32	2.160,43	-2,92%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	5.416,03	4.756,20	13,87%
<b>Totais</b>	<b>230.863,27</b>	<b>231.669,89</b>	<b>-0,35%</b>

Destacam-se os itens “**Terrenos, Glebas**” e e “**Fazendas, Parques e Reservas**” que somam R\$ 220,412 bilhões e representam 95% dos Bens de Uso Especial, com realce no Órgão **INCRA** com valor de R\$ 220,130 bilhões, referente a 30 (Fazendas), 43 (Parques) e 49 (Reservas)

A conta “Bens dominicais não registrados no SIAFI” do INCRA representam os bens não registrados no Sistema Integrado de Administração Patrimonial – *SIAPA*, que é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como dominiais quanto à sua destinação no âmbito da SPU. Os referidos imóveis constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispendo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

No final do ano de 2021 o Incra possuía um saldo de R\$ 1,814 bilhão relacionado aos bens dominicais não registrados no SIAPA, saldo este que permanece o mesmo em 30/09/2022.

**CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS**

R\$ milhões

ÓRGÃO	30/09/2022	31/12/20
CONAB	3,270	0,791
MAPA	1,267	1,267
INCRA	0,063	0,063
<b>Total</b>	<b>4,601</b>	<b>2,121</b>

**COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS**

R\$ milhões

ÓRGÃO	30/09/2022	31/12/2021
EMBRAPA	10,759	10,468
INCRA	0,103	0,103
MAPA	0,027	0,027
<b>Total</b>	<b>10,890</b>	<b>10,598</b>

**MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS**

R\$ milhões

ÓRGÃO	30/09/2022	31/12/2021
EMBRAPA	10,759	10,468
INCRA	0,103	0,103
MAPA	0,027	0,027
<b>Total</b>	<b>10,890</b>	<b>10,598</b>

**(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Foi efetuado a redução ao valor recuperável dos bens nos seguintes Órgãos:

- Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa;
- Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Pará; e
- Distritos de Meteorologia de alguns estados,
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra (Superintendência do Acre);
- Companhia Nacional de Abastecimento/Conab.

As demais unidades do órgão subordinado **Mapa** não fizeram os ajustes anteriores ao ano de 2010 e quanto as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Federais (com exceção do Pará), e **CEPLACs**, não houve manifestação quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente

Valores da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado por Órgão Subordinado	
R\$ milhões	
MAPA	23,42
INCRA	3,23
CONAB	0,09
Total	26,74

**(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

#### (a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:  $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### (a.3) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

#### (a.4) Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.

O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A** e **Processo Sei nº21003.000660/2018/78** no valor **de R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN ([www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br)).

**(a.5) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

**(a.6) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.



## Nota nº 005 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

**No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.**

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/09/2022, o **MAPA** apresentou um saldo de **R\$ 130,85 milhões** relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2022 e 2021.

**Tabela 01 – Intangível – Composição.**

Intangível – Composição	R\$ Milhões		
	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	108,87	100,25	8,59%
Software com Vida Útil Indefinida	74,25	72,74	2,03%
Softwares Não Localizados	1,46	1,46	0,00%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,49	0,49	0,00%
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,28	0,28	0,00%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(53,04)	(52,36)	1,30%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
<b>Total</b>	<b>132,31</b>	<b>122,86</b>	<b>7,14%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

**Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no 3º Trimestre de 2022.**

Órgão	Conta Contábil	R\$ Milhões	
		ADIÇÕES	BAIXAS
MINIST.DA AGRICULTURA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	-
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,62	-
INCRA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	8,45	-
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	-	-
EMBRAPA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,98	-1,14
	SOFTWARES - Vida Útil Indefinida	0,89	-
CONAB	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,20	-0,10
	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	-
SFB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,23	-
<b>Totais</b>		<b>11,37</b>	<b>-1,24</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

### Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o Valor Contábil Líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu Valor Recuperável. O Valor Recuperável é o Valor Líquido de Venda (o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação), ou o Valor em Uso (valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações), o que for maior.

Mas o **MAPA** não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.

### Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No terceiro trimestre de 2022, não consta registro no MAPA de ajustes de exercícios anteriores no intangível.

## Nota nº 006 - Investimentos

Os investimentos no **Mapa** são compostos por: 1) Participações Permanentes; 2) Propriedades para Investimento e 3) Demais Investimentos menos a Depreciação Acumulada de Investimentos e a Redução ao Valor Recuperável de Investimentos, que totalizam R\$ 14,06 milhões, conforme tabela de Composição e Movimentação dos Investimentos a seguir, sendo apenas 0,03% referente a investimentos do INCRA, 44,71% referente a investimentos da CONAB e 55,26% referente a investimentos da EMBRAPA.

**Tabela 01 – Investimentos – Composição:**

Investimentos	R\$ Milhões		
	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO	20,76	20,76	0,00%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MEP ESTADO	1,86	1,86	0,00%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00%
BENS IMÓVEIS NÃO DESTINADOS A USO	2,85	2,85	0,00%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%
DEPRECIÇÃO ACUMULADA INVESTIMENTOS-CONS- PROPRIIDADE	(0,85)	(0,85)	0,00%
REDUÇÃO VALOR RECUPERADO INVESTIMENTO PARTICIPAÇÃO PERMANENTE	(10,55)	(10,58)	-0,28%
<b>Total</b>	<b>14,06</b>	<b>14,03</b>	<b>0,21%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial - Investimentos – Composição

O aumento de apenas 0,21% do saldo de Investimentos com relação ao exercício de 2021 refere-se à valorização das ações das Centrais Elétricas Brasileiras SA (Participações em Empresas – Método de Custo na CONAB) registrada em março, referente ao valor atualizado até fevereiro.

**Tabela 02 – Investimentos – Composição e Movimentação:**

Investimentos	R\$ Milhões				
	Saldo Inicial 31/12/2021	Adições (Valorizações)	Baixas (Desvalorizações)	Reclassificações	Saldo Final 30/09/2022
Participações Permanentes	22,62	0,00	0,00	0,00	22,62
Propriedades para Investimento	2,85	0,00	0,00	0,00	2,85
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	(0,85)	0,00	0,00	0,00	(0,85)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(10,58)	0,03	0,00	0,00	(10,55)
<b>Total</b>	<b>14,03</b>	<b>0,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14,06</b>

Fonte: Tesouro Gerencial - Investimentos – Composição e Movimentação

### (a) Participações Permanentes

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas não dependentes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS), consórcios públicos e fundos, sendo contabilizadas em função da influência da União na administração da entidade.

A tabela abaixo apresenta a composição dos investimentos da Conab e da Embrapa em “Participações Permanentes”, diferenciando-os pelo método de contabilização por equivalência patrimonial ou de custo.

**Tabela 03 – Participações Permanentes**

R\$ Milhões

Investimentos	30/09/2022	31/12/2021	AH	AV
<b>Participações em Empresas</b>	<b>21,49</b>	<b>21,49</b>	<b>0,00%</b>	<b>92,03%</b>
Participações em Empresas - MEP	0,73	0,73	0,00%	3,13%
Conab	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Embrapa	0,73	0,73	0,00%	3,13%
<b>Participações em Empresas – Método de Custo</b>	<b>20,76</b>	<b>20,76</b>	<b>0,00%</b>	<b>88,91%</b>
Conab	14,84	14,84	0,00%	63,55%
Embrapa	5,92	5,92	0,00%	25,35%
<b>Participações em Fundos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Participações em Fundos - MEP	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Conab	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Participações – Inter OFSS entre Estado</b>	<b>1,86</b>	<b>1,86</b>	<b>0,00%</b>	<b>7,97%</b>
Embrapa	1,86	1,86	0,00%	7,97%
<b>Total</b>	<b>23,35</b>	<b>23,35</b>	<b>0,00%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

**Tabela 04 – Investimentos – Por Órgão**

R\$ Milhões

Órgão	Conta	set/22	dez/21	AH%	AV%
<b>EMBRAPA</b>	PARTICIP AVALIAD POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,73	0,73	0,00%	8,58%
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP - ESTADO	1,86	1,86	0,00%	21,86%
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	5,92	5,92	0,00%	69,57%
	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	<b>Total</b>	<b>8,51</b>	<b>8,51</b>	<b>0,00%</b>	<b>100%</b>
<b>CONAB</b>	BENS IMOVEIS NAO DESTINADOS A USO	2,85	2,85	0,00%	45,31%
	DEPREC ACUM INVESTIMENTOS -CONS- PROPRIEDADES	-0,85	-0,85	0,00%	
	REDUCAO VALOR RECUP INVEST - PARTICIP PERMAN	-10,55	-10,58	0,28%	
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	14,84	14,84	0,00%	235,93%
	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>6,29</b>	<b>6,26</b>	<b>0,47%</b>	<b>100%</b>	
<b>Total dos Investimentos</b>					

Fonte: Tesouro Gerencial - Investimentos – Composição e Movimentação

**CONAB**

**Tabela 05 – Investimentos da CONAB – Composição**

R\$ Milhões

	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
Participações Permanentes	14,84	14,84	0,00%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,00	0,00	0,00%
Bens Imóveis não Destinados a Uso	2,85	2,85	0,00%
Bens Móveis não Destinados a Uso	0,00	0,00	0,00%
Redução ao Valor Recuperável de Investimento	-10,55	-10,58	-0,28%
<b>Total</b>	<b>6,29</b>	<b>6,26</b>	<b>0,47%</b>

Os Investimentos da CONAB são compostos por participações permanentes em empresas e imóveis não destinados a uso e valores custodiados no Banco do Brasil S/A, referentes a ações negociadas pelo BNDES, conforme consta na tabela acima.

Na tabela a seguir estão os dois maiores investimentos da **CONAB** até setembro de 2022, decrescidos da redução ao valor recuperável. Os dois maiores investimentos representam 77,78% do total.

**Tabela 06 – Maiores Investimentos da CONAB – Participações Permanentes**

	R\$ Milhões	
	30/09/2022	AV (%)
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODOPAR	2,59	60,37%
Centrais Elétricas Brasileiras AS - Eletrobrás	0,75	17,41%
Demais	0,95	22,22%
<b>Total</b>	<b>4,29</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 07 - Mutação dos Investimentos – Participação Permanentes (decrecidas da redução ao valor recuperável)**

	R\$ Milhões					
EMPRESA	Saldo em 31/12/2021	Aportes de Capital	Resultado de Partic. em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo Set/22
Cia De Desenvolvimento Agropecuário Do Paraná CODAPAR	2,59	-	-	-	-	2,59
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	0,72	-	0,03	-	-	0,75
CEAGESP - Companhia De Entrepósitos E Armazéns Gerais De São Paulo	0,43	-	-	-	-	0,43
Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre	0,23	-	-	-	-	0,23
Companhia Estadual De Silos E Armazéns	0,08	-	-	-	-	0,08
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A	0,07	-	-	-	-	0,07
Algar Telecom S.A.	0,05	-	-	-	-	0,05
Telefônica Brasil S.A.	0,03	-	-	-	-	0,03
Refinadora Catarinense SA	0,02	-	-	-	-	0,02
Companhia Brasileira De Partic. Agroindustrial Brasagro	0,01	-	-	-	-	0,01
Multilog S.A.	0,01	-	-	-	-	0,01
Engie Brasil Energia S.A.	0	-	-	-	-	0
Banco Da Amazônia S.A.	0	-	-	-	-	0
Ribeiro Cordeiro Indústria e Comércio S.A.	0	-	-	-	-	0
Frigorífico Vale Do Tocantins S A	0	-	-	-	-	0
Banco Do Nordeste Do Brasil S.A.	0	-	-	-	-	0
Vicunha Têxtil S.A.	0	-	-	-	-	0
Procter & Gamble do Nordeste S.A. - em liquidação	0	-	-	-	-	0
Delta de Arcos S.A.	0	-	-	-	-	0
Delta de Matozinhos S.A.	0	-	-	-	-	0
Banco De Desenvolvimento Do Espírito Santo S.A.	0	-	-	-	-	0
Morada Do Sol Participações SA	0	-	-	-	-	0
Fábrica de tecidos Carlos Renaux S/A em liquidação	0	-	-	-	-	0
PBG S/A	0	-	-	-	-	0
<b>TOTAL</b>	<b>4,26</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4,29</b>

Fonte: Siafi 2022 e Siafi 2021

## EMBRAPA

Os investimentos permanentes da **Embrapa** são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

**Tabela 08 – Investimentos da EMBRAPA – Composição:**

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	% de Participação da Embrapa	R\$ MILHÕES	
				Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2021	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2021
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA <sup>(1)</sup>	Agricultura	0,63	7,74	0,00	0,00
- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB <sup>(2)</sup>	Agricultura	1,86	45,00	4,12	0,36
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI <sup>(5)</sup>	Agricultura	5,28	4,74	-20,93	9,07
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG <sup>(4)</sup>	Agricultura	0,00	0,01	59,65	3,93
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN <sup>(3)</sup>	Agricultura	0,73	49,00	-4,59	-1,14

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das Empresas

(1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação e

(2) Demonstração de 2018 apresentada do ano de 2019 à- EMBRAPA

(3) Demonstração de 2019 apresentada do ano de 2020 à- EMBRAPA

(4) Demonstração de 2020 apresentada do ano de 2021 à- EMBRAPA

(5) Demonstração de 2021 apresentada do ano de 2022 à- EMBRAPA

A provisão para perdas prováveis - MEP refere-se à participação na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN(3), que vem tendo prejuízo, quando a provisão foi registrada.

**Tabela 09 – Mutação dos Investimentos da EMBRAPA – composição:**

R\$ MILHÕES

Entidade	Saldo em 31/12/2019	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/09/2020
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	1,86	-	-	-	-	1,86
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	0,73	-	-	-	-	0,73
<b>Total</b>	<b>2,59</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2,59</b>

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. \*Valores não consolidados (EMBRAPA)

## 6.2) DEMOSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no Terceiro Trimestre de 2022 foi deficitário em comparação ao trimestre equivalente de 2021, conforme demonstrado na tabela a seguir:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	30/09/2022	30/09/2021	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	39.000,59	91.267,46	-57,27%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	39.341,92	36.642,82	7,37%
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>(341,32)</b>	<b>54.624,64</b>	<b>-724,85%</b>

Na tabela das Variações Patrimoniais Quantitativas acima o Resultado Patrimonial do Período teve redução de 724,85%, devido principalmente à diminuição de ganhos com a incorporação de imóveis ocorrida no exercício anterior no órgão **Incra** e o aumento nesse exercício financeiro de sub-repasses concedidos por transferências financeiras pela empresa **Conab** e de transferências de bens ocorridos nos órgãos **Incra**, **Conab** e **Funcafé**.

### Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o **MAPA** e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

	30/09/2022	30/09/2021	AH%	AV%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>				
Transferências Intragovernamentais	31.522,23	28.751,36	9,64%	80,83%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.772,06	3.357,99	-47,23%	4,54%
Contribuições Sociais	1.561,77	1.359,64	14,87%	4,00%
Reavaliação de Ativos	1.005,81	2.021,54	-50,25%	2,58%
Ganhos com Incorporação de Ativos	876,75	53.555,87	-98,36%	2,25%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	460,15	341,8	34,63%	1,18%
Venda de Mercadorias	218,49	130,29	67,69%	0,56%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	121,37	81,51	48,90%	0,31%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	81,72	63,84	28,01%	0,21%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	23,13	10,12	128,62%	0,06%
Variações Monetárias e Cambiais	22,47	3,53	536,56%	0,06%
Ganhos com Alienação	20,45	2,93	596,97%	0,05%
Demais VPAs	1.314,19	1.587,04	-17,19%	3,37%
<b>Total</b>	<b>39.000,59</b>	<b>91.267,46</b>	<b>-57,27%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

**VPA – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:**

Houve um acréscimo de 14,87% em Contribuições Sociais do órgão Incra, relativo ao aumento de receita decorrente do adicional à contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários dos empregadores das empresas em relação ao terceiro trimestre do exercício de 2021.

**VPA – CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO:**

Aumentou em 128,62% em Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE do órgão Incra, relativo à Contribuição especial de competência Exclusiva da União.

**VPA – VENDAS DE MERCADORIAS:**

Crescimento de 67,69% em relação ao terceiro trimestre de 2021, referente ao aumento das receitas provenientes da venda de produtos agrícolas contemplados pela política agrícola, na forma disposta do Art. 174, da Constituição Federal de 1988, na empresa Conab, cujo objetivo é exercer a função de planejamento promovendo, regulando, fiscalizando, controlando e avaliando as atividades de suprir necessidades e de assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícola, regulando o abastecimento interno, especialmente o alimentar, reduzindo as disparidades regionais.

**VPA – EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

Em relação ao 3º trimestre de 2021 houve um crescimento de 28,01% referente ao aumento das receitas correspondentes aos monetários de retribuições aos serviços de averbações de contratos, petições, recursos e outros, principalmente pela empresa Embrapa.

**VPA – JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS:**

O aumento de 48,90% trata-se, em grande maioria, da arrecadação de juros de recursos efetivamente aplicados no objeto do contrato de recursos emprestados e receita proveniente de pagamento de parcelas de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos que não se enquadram em categorias específicas no órgão Funcafé.

**VPA – VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS:**

Crescimento de 536,56% em relação ao terceiro trimestre de 2021, referente à atualização monetária e juros do contrato de adimplimento do Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS.

**VPA – REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS:**

Houve um aumento de 34,63% na remuneração de aplicações financeiras nos órgãos: Funcafé, devido aos rendimentos de aplicações de recursos da Conta Única, e Fundo de Terras, referente às receitas provenientes da aplicação das disponibilidades financeiras dos recursos gerenciados pelos diversos órgãos e entidades da administração pública.

**VPA – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS:**

Em relação ao terceiro trimestre de 2021 houve uma aumento de 9,64% de transferências recebidas, destacando o órgão Funcafé, principalmente por devolução de recursos aplicados e remuneração da taxa Selic e a empresa Conab, referente ao recebimento de sub-repasse da prestação de contas.

**VPA – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS:**

A diminuição de 50,25% em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi porque a reavaliação de imóveis de uso especial no SPIUnet do órgão Incra foi maior do que em 2022.

**VPA – GANHOS COM ALIENAÇÃO:**

Houve um acréscimo de 596,97% de ganhos com alienações de bens imóveis pela empresa Conab.

**VPA – GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:**

Ocorreu uma diminuição de 98,36% em relação ao terceiro trimestre de 2021 devido às incorporações de imóveis de uso especial no SPIUnet pelo órgão Incra, que totalizaram a maior do que em 2022 em R\$ 52,799 bilhões (cinquenta e dois bilhões e setecentos e noventa e nove milhões de reais).

**VPA – GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:**

Diminuiu em 47,23% em comparação com o terceiro trimestre de 2021, referente à transferências de passivo dos precatórios alimentares e comuns a serem pagos no exercício anterior no órgão Incra.



## Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o ME, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

	30/09/2022	30/09/2021	AH%	AV%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>				
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para/ Perdas	2.341,64	723,61	223,61%	5,95%
Serviços	1.374,53	2.560,51	-46,28%	3,50%
Desincorporação de Ativos	1.274,06	2.148,14	-40,69%	3,24%
Transferências Intergovernamentais	924,5	371,09	149,13%	2,35%
Diversas Variações Patrimoniais diminutivas	88,39	8,79	905,49%	0,22%
Constituição de Provisões	55,96	100,76	-44,46%	0,14%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22,76	17,05	33,50%	0,06%
Variações Monetárias e Cambiais	10,81	0,68	1486,58%	0,03%
Contribuições	5,15	1,29	299,68%	0,01%
Demais VPDs	33.244,12	30.710,90	8,25%	84,50%
<b>Total</b>	<b>39.341,92</b>	<b>36.642,82</b>	<b>7,37%</b>	<b>100,00%</b>

### VPD – SERVIÇOS:

Em relação ao 3º trimestre de 2021 houve uma redução de 46,28% referente aos registros de dívidas de precatórios de pessoal, benefícios previdenciários e de terceiros (alimentício e comum) decorrente de sentenças judiciais de serviços por pessoas físicas e por pessoas jurídicas no órgão Inkra, no exercício anterior.

### VPD – VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS:

Houve aumento de 1.486,58% em relação ao terceiro trimestre de 2021, referente à atualização monetária e juros do contrato de adimplemento do Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS.

### VPD – TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS:

Em comparação com o terceiro trimestre de 2021 houve uma aumento de 149,13% de transferências voluntárias do órgão do Mapa para: agências de desenvolvimento agrário, agências estaduais de defesa agropecuária, associações, cooperativas, institutos, governos estaduais e municipais.

### VPD – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTES PARA PERDAS:

O aumento de 223,61% trata-se da desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet do órgão Inkra.

**VPD – DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO:**

Houve diminuição nesta rubrica em torno de 40,69% conforme detalhado no quadro abaixo. A diminuição de Desincorporação de Ativo foi mais acentuada no órgão Incra, com 98,59% de redução, devido principalmente à baixa de bens imóveis cadastrados no SPIUnet ocorridas no exercício anterior.

Órgão	EM R\$ MILHÕES		
	30/09/2022	30/09/2021	AH %
Mapa	75,25	161,56	-53,42%
Incra	18,39	1.303,01	-98,59%
Embrapa	28,51	37,33	-23,61%
Conab	1.138,47	626,43	81,74%
Funcafe	7,68	13,70	-43,97%
SFB	5,76	6,11	-5,78%
Totais	1.274,06	2.148,14	-40,69%

**VPD – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA:**

Aumentou em 33,50% em relação ao terceiro trimestre de 2021 devido à apropriação da provisão para o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ na empresa Conab.

**VPD – CONTRIBUIÇÕES:**

Houve crescimento de 299,68% em relação ao terceiro trimestre de 2021 devido à apropriação da provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL na empresa Conab.

**VPD – CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES:**

Em relação ao 3º trimestre de 2021 houve uma redução de 44,46% referente à provisão trabalhista, devido a implantação de nova metodologia de classificação de riscos de processos judiciais pela empresa Embrapa e ajuste de créditos a receber do Tesouro Nacional referente às provisões de indenizações cíveis na empresa Conab, ambos em 2021.

**VPD – DIVERSAS VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:**

Ocorreu um aumento em 905,49% neste terceiro trimestre devido ao registro da atualização monetária dos precatórios alimentares e comuns pelo órgão Incra.

## 6.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### Regime Orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art.35º, “*pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas*”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do terceiro trimestre/2022 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa da receita estimada e despesa fixada pela Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, LOA para o exercício financeiro de 2022.

O total da previsão atualizada das Receitas Correntes e das Receitas de Capital do 3º trimestre de 2022 é de R\$ 8.973,09 milhões, cujas receitas realizadas são de R\$ 6.050,63 milhões, equivalente à 67,43% de todas as receitas previstas, conforme tabela de Receitas Realizadas no 3º Trimestre.

Natureza da Receita	Receita Líquida
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.555,98</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	55,29
Contribuições	1.591,65
Receita Patrimonial	490,22
Outras Receitas Patrimoniais	490,22
Transferências Correntes	5,12
Demais Receitas Correntes	413,70
Receitas Correntes Restantes	413,70
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	2.555,98
<b>RECEITAS DE CAPITAL (V)</b>	<b>3.494,65</b>
Amortização de Empréstimos (VII)	3.397,38
Alienações de Bens	97,27
Outras Alienações de Bens	97,27
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	97,27
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)</b>	<b>2.653,25</b>

A Despesa fixada, Despesa Corrente e Despesa de Capital, apresenta a dotação inicial de R\$22.790,10 bilhões, a despesa foi atualizada no valor de R\$ 20.858,04 bilhões, neste trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 12.296,99 bilhões, equivalente à 58,96% da dotação atualizada, conforme tabela de Execução da Despesa:

EM R\$ MILHÕES

EXECUÇÃO DESPESA						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (b - c)
MIN.AGRICULTURA	7.671,97	7.321,00	4.598,88	3.736,30	3.511,00	2.722,11
INCRA	3.486,45	1.959,20	1.480,26	981,42	905,85	478,93
EMBRAPA	3.377,64	3.417,46	3.351,96	2.379,80	2.168,01	65,51
CONAB	1.622,12	1.527,11	1.114,17	905,15	841,79	412,94
FUNCAFE	6.086,28	6.088,18	6.059,69	4.169,40	4.066,36	28,49
SFB	65,03	64,48	18,08	3,61	3,61	46,39
FUNDO DE TERRAS	480,61	480,61	121,31	121,31	121,31	359,31
<b>Total</b>	<b>22.790,10</b>	<b>20.858,04</b>	<b>16.744,36</b>	<b>12.296,99</b>	<b>11.617,94</b>	<b>4.113,68</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor, apresenta, neste trimestre, valor pago de R\$ 2.410,38 bilhões, referente a 32,70% do total dos Restos a Pagar não Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

EM R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	203,86	611,39	510,40	494,99	34,73	285,54
Pessoal e Encargos Sociais	26,61	11,17	25,50	25,49	7,68	4,62
Outras Despesas Correntes	177,25	600,22	484,90	469,50	27,05	280,92
DESPESAS DE CAPITAL	2.693,66	3.901,56	2.130,92	1.907,40	28,23	4.659,60
Investimentos	1.651,46	2.290,37	956,62	733,10	26,55	3.182,17
Inversões Financeiras	1.042,20	1.611,20	1.174,30	1.174,30	1,68	1.477,43
<b>Total</b>	<b>2.897,52</b>	<b>4.512,96</b>	<b>2.641,32</b>	<b>2.402,38</b>	<b>62,96</b>	<b>4.945,14</b>

FONTE: Balanço Orçamentário – 3º Trim./2022

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, apresenta valor pago neste trimestre de R\$ 700,36 milhões, referente a 77,65% do saldo dos Restos a Pagar Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

EM R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	100,86	628,14	628,36	4,75	95,89
Pessoal e Encargos Sociais	0,32	586,91	585,63	0,19	1,41
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	100,54	41,23	42,73	4,56	94,48
DESPESAS DE CAPITAL	114,13	102,24	72,01	38,69	105,68
Investimentos	73,10	93,47	63,22	0,20	103,15
Inversões Financeiras	41,03	8,77	8,78	38,49	2,53
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>214,99</b>	<b>730,38</b>	<b>700,36</b>	<b>43,44</b>	<b>201,57</b>

Fonte: Balanço Orçamentário – 3º Trim./2022

## Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o Terceiro Trimestre de 2022, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 6.050,63 bilhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 16.744,36, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 10.693,72 bilhões no referido período, este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o órgão não é agente arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas alcançou cerca de 80,28% da dotação atualizada (R\$ 20.858,04) para o exercício de 2022.

A realização de receitas (R\$ 6.050,63 bilhões) no Terceiro Trimestre de 2022 alcançou 67,43% da previsão atualizada de arrecadação (R\$ 8.973,09 bilhões).

## Entidades Abrangidas

Órgãos Subordinados	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	22101, 72122, 74104,
II – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	22201, 93182
III – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	22202, 93183
IV – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	22211, 93184
V – Serviço Florestal Brasileiro – SFB	22106, 73115, 93181
VI – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE	22906, 74901
VII – Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA	49901, 74906

## Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante:

As despesas intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

- ➔ Descentralizações Concedidas pelo Mapa: R\$ 2.026,48, sendo 47,02% do Órgão Ministério da Agricultura e 46,26% do Incra.
- ➔ Descentralizações Recebidas para o Mapa: R\$ 1.782,00, com valores expressivos no órgão da Conab, representando 78,86% do total firmado.

Milhões

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
MAPA	66,11	25,10	32,04	8,46	952,89	413,59	484,74	50,34
INCRA	144,17	74,07	68,87	0,13	937,37	545,29	390,24	1,01
EMBRAPA	161,01	30,86	106,78	16,01	76,52	28,56	16,43	26,21
CONAB	1.405,21	297,28	207,00	869,60	-	-	-	-
FUNCAFÉ	-	-	-	-	25,47	5,71	12,07	7,68
SFB	5,50	0,12	5,38	-	34,23	1,57	31,87	0,58
<b>Total</b>	<b>1.782,00</b>	<b>427,43</b>	<b>420,07</b>	<b>894,21</b>	<b>2.026,48</b>	<b>994,72</b>	<b>935,35</b>	<b>85,81</b>

### Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizou R\$ 45.580,20 bilhões de reais, e no terceiro trimestre ocorreu um decréscimo de R\$ 4.521,67 bilhões de reais, resultando uma dotação atualizada (dotação suplementar menos dotação cancelada ou remanejada) no total de R\$ 41.713,61 bilhões de reais.

EM R\$ MILHÕES

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINÁRIA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MIN.AGRICULTURA	15.343,94	411,40	-	-	-1143,46	<b>14.611,88</b>
INCRA	6.972,89	161,62	-	-	-3237,68	<b>3.896,83</b>
EMBRAPA	6.755,27	71,15	-	-	-1,49	<b>6.824,93</b>
CONAB	3.244,25	37,45	-	-	-136,37	<b>3.145,33</b>
FUNCAFE	12.172,56	1,90	-	-	-	<b>12.174,46</b>
SFB	130,07	1,56	-	-	-2,67	<b>128,96</b>
FUNDO DE TERRAS	961,22	-	-	-	-	<b>961,22</b>
<b>Total</b>	<b>45.580,20</b>	<b>685,08</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-4.521,67</b>	<b>41.743,61</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Portarias publicadas no 3º trimestre que impactaram o orçamento, as fontes, as ações ou as dotações (especiais ou extraordinárias):

Classificação	Ato	Tipo	Unidade Interessada
Crédito Suplementar	PORTARIA SETO/ME No 6.009, DE 5 DE JULHO DE 2022	620 – remanejamento entre os grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5"	SFB
	PORTARIA SETO/ME Nº 6.106, DE 7 DE JULHO DE 2022	185 - Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda de bancada estadual ("RP 7")	AERIN
		187 - Suplementação de GND no âmbito da mesma emenda de bancada estadual ("RP 7")	INCRA
	PORTARIA SETO/ME No 7.578, DE 22 DE AGOSTO DE 2022	102a - Suplementação de RP 1 constante do Quadro 10A (LOA-2022, art. 4º, caput, inciso II, alínea "a")	INCRA
	PORTARIA SETO/ME Nº 8.343, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022	103f - Remanejamento de dotações entre subtítulos integrantes de ações de programas diferentes	CGAS
			CGGOV
			CGLI
			CONAB
			EMBRAPA
			INCRA
	PORTARIA SETO/ME Nº 8.567, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022	102a - Suplementação de RP 1 constante do Quadro 10A	SDA
			SDI
			SE
	PORTARIA SETO/ME No 8.683, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022	107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos integrantes de ações do mesmo programa, limitado até 30%	CONAB
FUNCAFE			
SDI			
CONAB			
PORTARIA SETO/ME No 8.567, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022	102a - Suplementação de RP 1 constante do Quadro 10A	EMBRAPA	
		EMBRAPA	
PORTARIA SETO/ME No 8.683, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022	183 - Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda individual ("RP 6")	AERIN	
		MDH	
		ME	
		MS	
Outras Alterações Orçamentárias	PORTARIA SETO/ME No 6.009, DE 5 DE JULHO DE 2022	620 – remanejamento entre os grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5"	EMBRAPA
			SAF
			SAP
			SDI
			SEAF
	PORTARIA SETO/ME Nº 8.068, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022	952 - Bloqueio/Desbloqueio Controle SOF - 62.212.0107	AERIN
			GM
	PORTARIA SOF/ME Nº 6.104, DE 7 DE JULHO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	SAF
			SFB
	PORTARIA SOF/ME No 6.257, DE 13 DE JULHO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	CONAB
			EMBRAPA
INCRA			
PORTARIA SOF/ME No 6.540, DE 22 DE JULHO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	SE	
		SFB	
PORTARIA SOF/ME No 7.316, DE 15 DE AGOSTO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	SAF	
		SFB	
PORTARIA SOF/ME No 8.466, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	INCRA	
		SE	
PORTARIA SOF/ME No 8.466, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022	600 - Remanejamento de fontes de recursos	SFB	
		SFB	

Fonte: Coordenação Orçamentária/CGOF/DGG/SE/MAPA

## 6.4) BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise ao Balanço Financeiro do 3º trimestre de 2022, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário de R\$ 6.417,60 bilhões e a sua formação é detalhada na tabela seguinte:

### Demonstração do Resultado Financeiro.

	EM R\$ MILHÕES		
	30/09/2022	30/09/2021	AH%
(+) Ingressos	50.042,58	46.430,98	7,78%
(-) Dispêndios	43.624,98	38.281,64	13,96%
<b>(=) Resultado Financeiro</b>	<b>6.417,60</b>	<b>8.149,34</b>	<b>-21,25%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Quando comparado o Resultado Financeiro apurado no 3º trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021, observa-se da tabela acima teve um aumento singelo de 21,25%.

A ocorrência dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o caixa da entidade.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento”, deste órgão, encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro (tabela abaixo), e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado no Balanço Patrimonial.

### Saldo para o trimestre seguinte

	EM R\$ MILHÕES		
ESPECIFICAÇÃO	30/09/2022	30/09/2021	AH%
Saldo para o Exercício Seguinte	6.417,60	8.149,34	-21,25%
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.405,59	8.180,03	-9,47%

Fonte: Tesouro Gerencial 2022



## 6.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do Mapa apresentou um leve acréscimo de 0,06% neste trimestre em comparação com o exercício anterior, impulsionado pelo Resultado do Exercício em torno de R\$ 262.013,87 bilhões de reais.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Composição

EM R\$ MILHÕES

	30/09/2022	31/12/2021	AH %
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.406,90	3.351,23	1,66%
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	14,50	55,67	-73,95%
RESERVAS DE CAPITAL	0,01	0,01	%
DEMAIS RESERVAS	12,76	12,76	%
RESERVA DE LUCROS	-	-	%
RESULTADOS ACUMULADOS	262.013,87	261.876,27	0,05%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>265.448,03</b>	<b>265.295,93</b>	<b>0,06%</b>

## 6.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades de operacionais contribuíram para o resultado superavitário do período, em decorrência, principalmente, do ingresso de Transferências Financeiras Recebidas no terceiro trimestre de 2022.

### Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

EM R\$ MILHÕES

Detalhamento	30/09/2022	31/12/2021	AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	1.031,88	1.153,17	-10,52%
Fluxo das Atividades de Investimento	-2.019,87	-1.183,87	70,62%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	-
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>-988,00</b>	<b>-30,69</b>	<b>3.119,29%</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>	<b>7.405,59</b>	<b>8.180,03</b>	<b>-9,47%</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Final</b>	<b>6.417,60</b>	<b>8.149,34</b>	<b>-21,25%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

## 7) Referências

### 7.1) Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição – Válido a partir de Nov 2021
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

### 7.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br) › balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)
- 6) [portal.tcu.gov.br](http://portal.tcu.gov.br)
- 7) [portal.in.gov.br](http://portal.in.gov.br)
- 8) [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)
- 9) [www.crcdf.org.br](http://www.crcdf.org.br)
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>